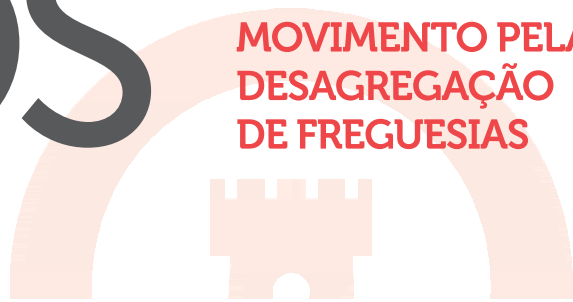


LAGOS



REVISTA MUNICIPAL

MOVIMENTO PELA
DESAGREGAÇÃO
DE FREGUESIAS



11

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA QUADRIMESTRAL JAN-ABR 2023





Foto de capa (Carlos Afonso): Trabalho artístico da autoria de Filomena Carmo. Exposta na aldeia de Barão de São João, esta intervenção artística evoca a vontade popular de desagregação da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João.

04

MOVIMENTO PELA DESAGREGAÇÃO DE FREGUESIAS



CONTACTOS

Câmara Municipal de Lagos
Paços do Concelho Séc. XXI
Praça do Município / 8600-293 Lagos
Telefone: 282 780 900 / 282 771 700
Email: expediente.geral@cm-lagos.pt

www.cm-lagos.pt

03	EDITORIAL
04	TEMA DE CAPA
08	EM DESTAQUE
14	GENTE DE CÁ
16	ATUALIDADE
23	OBRAS E PROJETOS
29	AMBIENTE
35	EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO
39	GERAÇÕES YZ
43	INTERVENÇÃO SOCIAL
45	DINAMIZAÇÃO CULTURAL
48	IMAGENS COM HISTÓRIA
51	ASSOCIATIVISMO
53	ARQUIVO MUNICIPAL
57	O CIAC INFORMA
58	A CML POR DENTRO
60	DIFERENTES OLHARES
62	ASSEMBLEIA MUNICIPAL

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Câmara Municipal de Lagos - NIPC: 505 170 876 | Sede (editor e redação): Paços do Concelho Séc. XXI, Praça do Município, 8600-293 Lagos | Edição: Câmara Municipal de Lagos | Diretor: Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Lagos | Diretor Adjunto: Sara Coelho, Vereadora da Câmara Municipal de Lagos | Coordenação editorial e conteúdos: Gabinete de Comunicação e Relações Públicas | Redação: Ana Grade | Revisão de textos: Fábio Ventura | Fotografia: Arquivo da Câmara Municipal de Lagos (Carlos Afonso; Francisco Castelo) | Secretariado: Ana Isabel Pereira | Distribuição: Eugénia Militão | Design: Teresa Coelho | Revisão Gráfica: Inês Silva | Impressão: Lidergraf - Artes Gráficas, SA - Rua do Galhano, 15, 4480-089 Vila do Conde | Tiragem: 6.500 | Depósito Legal: 444442/18 | Periodicidade: Quadrimestral | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | Publicação impressa em papel reciclado | Publicação periódica registada na ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social (Registo n.º 127701 de 7/8/2018) | Estatuto Editorial disponível na página oficial da Câmara Municipal de Lagos em www.cm-lagos.pt



EXECUTIVO MUNICIPAL

Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira (PS)
Presidente

Pelouros: Urbanização e Edificação; Planeamento e Desenvolvimento Urbano; Fiscalização de Obras e Loteamentos Particulares; Processos Judiciais; Assuntos da Divisão Jurídica; Planeamento Estratégico e Projetos Municipais; Administração Municipal (Coordenação Geral); Desporto; Procedimentos Concursais; Arqueologia Urbana; Finanças Municipais; Património e Aproveitamento; Contabilidade e Tesouraria e Controlo de Cobranças; Sistemas e Tecnologias da Informação; Acompanhamento da Gestão Corrente das Entidades Empresariais Municipais; Património Histórico e Equipamentos; Proteção Civil; Gabinete Técnico Florestal.

Atendimento: Quinta-feira, das 10h00 às 12h30 (*)

Paulo Jorge Correia dos Reis (PS)
Vice-Presidente

Pelouros: Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho; Gestão e Manutenção da Rede de Água e Esgotos; Mobilidade Urbana; Manutenção de Equipamentos; Oficinas; Parque de Viaturas e Máquinas; Transportes Públicos; Estudos, Projetos e Empreitadas; Gestão dos Armazéns Municipais; Segurança Municipal; Aeródromo Municipal; Cinegética, Florestas e Pescas; Trânsito e Sinalização; Polícia Municipal.

Atendimento: Quinta-feira, das 9h30 às 12h30 (*)

Sara Maria Horta Nogueira Coelho (PS)
Vereadora a tempo inteiro

Pelouros: Protocolo e Relações Públicas; Comunicação Institucional; Cultura; Turismo; Património Cultural; Juventude; Educação; Habitação e Ação Social; Saúde; Recursos Humanos; SIADAP; Formação; Outorga de contratos; Serviço Veterinário Municipal.

Atendimento: Quinta-feira, das 9h30 às 12h30 (*)

Luís Alberto Bandarra dos Reis (PS)
Vereador

Pelouros: Toponímia; Espaços Verdes, Fiscalização e Promoção Ambiental; Mercados e Feiras; Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos; Gestão de Espaços e Equipamentos Públicos; Cemitérios; Iluminação Pública e Eletricidade.

Atendimento: Quinta-feira, das 9h30 às 12h30 (*)

Sandra Maria Almada de Oliveira (PS)
Vereadora

Pelouros: Licenciamento de Atividades; Processos de Contraordenação, Arquivo Municipal; Gabinete do Município; Empresas e Empreendedorismo; Qualidade; Fiscalização Municipal; Praias; Transportes em Vias Navegáveis Interiores.

Atendimento: Quinta-feira, das 9h30 às 12h30 (*)

Pedro Augusto Borges de Lima Palma
Moreira (PSD)

Vereador

Sem pelouros atribuídos

Atendimento: Sexta-feira, das 10h00 às 13h00 (marcações através do telefone 915 232 922 ou do endereço <https://www.cm-lagos.pt/balcao-virtual/marcacoes>)

Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
(CDU)

Sem pelouros atribuídos

Atendimento: 1.ª e 3.ª quarta-feira do mês, das 11:45 às 13:00, na sede de concelho. Rotativamente nas freguesias, em datas e horários a anunciar ou por marcação. Marcações através do tel. 962 658 470 ou do endereço <https://www.cm-lagos.pt/balcao-virtual/marcacoes>

(*) Atendimentos com marcação prévia através dos seguintes contactos:

Formulários online: <https://www.cm-lagos.pt/balcao-virtual/marcacoes>

E-mail: expediente.geral@cm-lagos.pt

Tel. 282 771 700 / 282 780 900



ORGULHO DE SERMOS CIDADE HÁ 450 ANOS

Após um interregno de publicação, é com enorme satisfação que voltamos a estar mais perto de si. E que melhor ocasião para retomarmos este projeto de comunicação autárquica do que o momento em que, orgulhosamente, assinalamos 450 anos da elevação de Lagos a cidade. Esta efeméride, assinalada com toda a dignidade nos dias 27 e 28 de janeiro, é o denominador comum de uma programação que se estenderá até ao final de 2023, tendo como objetivo recordar as nossas origens, mas também afirmar a nossa identidade histórica e cultural e refletir sobre o que somos enquanto comunidade e o legado que queremos construir para um amanhã que não seja apenas de curto prazo, mas aspire a um horizonte longínquo.

O ciclo autárquico que se estende até 2025 está repleto de desafios e, simultaneamente, de oportunidades. Se, por um lado, vivemos ainda os resquícios da crise sanitária e enfrentamos as consequências da invasão bélica da Ucrânia, da crise energética e da inflação, somadas ao impacto das alterações climáticas, que afetam, cada vez mais, os ecossistemas e as condições de vida das populações, por outro lado, temos agora um âmbito de intervenção mais alargado, fruto da transferência de competências, assim como capacidade instalada para superar as adversidades e ganhar esses desafios.

Neste número passamos em revista alguns dos acontecimentos de 2022, através dos quais prestámos justa homenagem a cidadãos e a entidades que, nas respetivas áreas de intervenção, marcaram o seu tempo e lugar, ajudando a escrever as páginas da nossa história coletiva, ao mesmo tempo que espreitamos o percurso de lacobrigenses que estão a dar o melhor de si para concretizar os seus sonhos. Mas, em coerência com os objetivos que traçámos para reforçar a ligação entre as pessoas e a gestão autárquica, partilhamos, sobretudo, o que está a ser feito nas mais variadas esferas de ação municipal.

Como a comunicação com o cidadão não se esgota na informação, passos decisivos estão a ser dados com vista à simplificação administrativa, à desmaterialização de processos, diversificação dos canais de interação e consolidação do sistema municipal de atendimento, baseado num modelo integrado de serviços presenciais e digitais. É um novo paradigma de administração que estamos a implementar, contando com a sua colaboração para o afirmar e melhorar.

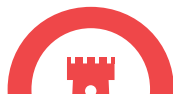
Parabéns a Lagos e aos lacobrigenses!

O Presidente da Câmara,
Hugo Pereira



POPULAÇÃO E AUTARCAS DEFENDEM DESAGREGAÇÃO DE FREGUESIAS

Os órgãos municipais deram o seu aval à desagregação da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, acompanhando e apoiando as pretensões do movimento cívico que teve origem na comunidade.



Vista geral da aldeia de Barão de São João

A Câmara Municipal emitiu parecer favorável à desagregação das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, e a Assembleia Municipal aprovou a proposta, subscrevendo, assim, a vontade manifestada pela população e pelos órgãos autárquicos da atual União de Freguesias. Para se compreender a importância destas deliberações é preciso recuar até 2013, ano em que as duas freguesias, enquanto autarquias autónomas, foram extintas, dando lugar à União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João. Esta alteração, que foi imposta, aconteceu no âmbito

da reorganização administrativa do território, contra a vontade da população e dos seus órgãos autárquicos representativos, tendo merecido, desde o primeiro momento, forte contestação local.

A possibilidade de corrigir esta situação acabaria por ser conferida pelo novo regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias (aprovado pela Lei n.º 39/2021 de 24 de junho), que admite a reversão do processo de agregação “em casos em que se comprove ter havido erro manifesto e excepcional com prejuízo para

as populações”. Entusiasmada com esta perspetiva, nasceu no seio da comunidade um movimento cívico que se mobilizou com o objetivo de repor as freguesias extintas.

A proposta de desagregação aprovada pela Assembleia de Freguesia, com parecer favorável do Executivo da Junta de Freguesia, e posteriormente, pela Assembleia Municipal, com parecer favorável da Câmara Municipal, é clara ao afirmar que, “volvidos mais de oito anos, (...) a realidade, natureza, identidade e a alma de cada uma das freguesias e do seu povo não se perderam, an-



tes se reafirmaram e reforçaram com o tempo, pelas múltiplas manifestações históricas, culturais e sociais que, apesar de contíguas e agregadas, não se confundem”. A autarquia salienta, no entanto, “o impacto negativo ao nível da satisfação das necessidades coletivas, de prestação de serviços e de eficácia da gestão pública, resultante do maior distanciamento das estruturas representativas da população, sendo ainda prejudicada a coesão territorial e social de políticas públicas de proximidade”. Identidades históricas e socioculturais distintas, a somar a uma área territorial desmesurada, são, em síntese, os principais argumentos apresentados para fundamentar a proposta de desagregação das duas freguesias.

Na apresentação e votação do assunto em reunião de câmara foi sublinhada a importância do movimento cívico, assim como do consenso político local gerado em torno deste objetivo comum, num sinal de que, em determinadas situações, é preciso unir forças para que a vontade da população seja ouvida e democraticamente respeitada nas demais esferas de decisão. Já na sessão da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de novembro no Centro Cultural de Barão de São João, onde o assunto foi discutido e votado, os cidadãos marcaram, uma vez mais, presença e fizeram questão de dar o seu testemunho em prol da criação da Freguesia de Barão de São João. Na ocasião sublinharam o trabalho colaborativo desenvolvido pelo Movimento de Criação da Freguesia, ao qual se deveu a preparação

O atual mapa administrativo de Lagos é demonstrativo da extensão do território sob gestão da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João (129,87 Km²), que representa cerca de 61% da área total do concelho.



do dossiê documental, assim como a criação de faixas e as sessões de esclarecimento que permitiram sensibilizar a comunidade estrangeira residente para a importância de cumprir o seu dever cívico de recenseamento, de modo a atingir o número de eleitores para cumpri-

mento do critério “população” legalmente exigido, já que os demais requisitos – ao nível da prestação de serviços à população e eficácia e eficiência da gestão pública - sempre estiveram assegurados. Após cumprir estas etapas do processo, o processo foi encaminhado



Centro da aldeia com a Igreja de São João Baptista ao fundo



Igreja Matriz de Bensafrim

para a Assembleia da República, órgão que proferirá a decisão final, sendo forte a expectativa de que a vontade popular das comunidades seja atendida e prevaleça, dando origem a duas freguesias com as designações originais novamente autónomas, tal como o foram du-

rante 80 anos, entre 1933 e 2013. De acordo com as notícias publicadas na imprensa nacional (Fonte: Diário de Notícias, edição de 17/12/2022), a poucos dias de terminar o prazo fixado na lei para a apresentação dos pedidos de reversão da fusão de freguesias, o balan-

ço dava conta de mais de 50 pedidos entrados na Assembleia da República, número ainda provisório e com tendência para aumentar, dada a existência de processos por contabilizar e outros ainda em tramitação em muitas assembleias de freguesia e assembleias municipais pelo país.

Um território, duas identidades

	Bensafrim	Barão de São João
Área (juntas representam 61% do território do município de Lagos)	78,12 km ²	51,75 km ²
População residente (Censos 2021)	2 445	
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência (à data dos Censos 2021)	23,19%	
Eleitores	1236	767
Origens	Vestígios arqueológicos confirmam a ocupação por vários povos desde a pré-História. Os registos mais antigos da paróquia datam de 1587. Em 1758 tinha 339 habitantes.	Desconhecem-se com exatidão as suas origens, mas registos documentais de finais do séc. XVI/inícios de XVII referem a povoação de Barão como tendo 54 moradores. Os registos mais antigos da sua paróquia datam de 1629. Em 1758 tinha 182 residentes.
Festa religiosa / Orago	Agosto/São Bartolomeu	Junho/São João Baptista

Fonte: Dossiê da Proposta de Desagregação das Freguesias



DIA DO MUNICÍPIO DE LAGOS VIVIDO COM FORTES EMOÇÕES

Celebrado a 27 de outubro em honra de S. Gonçalo de Lagos, padroeiro da cidade, o último Feriado Municipal foi vivido de forma plena, após dois anos sujeito às restrições decorrentes da pandemia. Entre iniciativas culturais e institucionais, destacou-se o regresso da Sessão Solene no Centro Cultural de Lagos, onde foram distinguidos cidadãos, empresas e coletividades pelo seu percurso e homenageados os profissionais que estiveram na linha da frente do combate à pandemia.

Na sequência das propostas aprovadas pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, personalidades, coletividades, empresas e trabalhadores foram homenageados pelo seu trabalho e dedicação ao concelho e à comunidade lacobrigense. Com a medalha de mérito municipal de grau prata foram condecorados o Ginástica Clube de Lagos, a empresa Hotelagos S. A. (Hotel Tivoli Lagos) e o Teatro Experimental de Lagos. Já as medalhas de grau ouro foram concedidas a José Fonseca e António Mariano (ambas a título póstumo), Manuel Domingos Borba, Maria da Graça Cabrita, Vítor do Carmo, Maria Antónia Candeias, Manuel dos Santos Lucas e João Francisco Cascada.



Profissionais foram distinguidos pelo seu trabalho no combate à pandemia

A cerimónia ficou ainda marcada pela atribuição da medalha de mérito municipal grau ouro aos profissionais que estiveram na linha da frente de combate à COVID-19, em contacto permanente com as populações (em particular com infetados, isolados ou desfavorecidos, como por exemplo a população sem-abrigo), alterando os seus procedimentos laborais habituais e/ou saindo dos seus locais de trabalho para fazer face às necessidades emergentes da pandemia, uma forma de agradecer e reconhecer o seu contributo nesta luta que uniu toda a comunidade. Esta distinção destacou os trabalhadores dos Bombeiros Voluntários de Lagos, Cruz Vermelha Portuguesa (Dele-

gação de Lagos), Serviço de Proteção Civil e Defesa da Floresta, GNR (Lagos), Polícia Marítima de Lagos, Polícia Municipal de Lagos, PSP (Lagos), agrupamentos de escolas Gil Eanes e Júlio Dantas, Segurança Social (Lagos), juntas de freguesia, Câmara Municipal de Lagos, Instituto Fonte de Vida, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, Centro de Saúde de Lagos, Hospital de Lagos e Hospital de Portimão.

Uma visita guiada deu a conhecer a história de S. Gonçalo, a quem foi dedicada, também, a missa na Igreja de Santa Maria presidida por D. Manuel Quintas, Bispo do Algarve. Esta componente de evocação ficaria ainda marcada pela inauguração do busto de homena-

gem a D. José Sebastião d'Almeida Neto (Cardeal Neto, 1841-1920), antigo Cardeal Patriarca de Lisboa, que era natural de Lagos. O dia terminou com a inauguração de uma exposição alusiva à vida e obra de S. Gonçalo de Lagos que esteve patente no Centro Cultural de Lagos, no âmbito dos 600 anos sobre a sua morte, assinalados por Lagos e Torres Vedras.

Estas celebrações do Dia do Município tiveram a presença de representantes dos municípios de São Miguel (Cabo Verde), Torres Vedras e Palos de La Frontera (Espanha), com os quais Lagos mantém relações de amizade e cooperação no âmbito das geminações e dos acordos existentes.



MONUMENTO DE COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO
DA CHEGADA DO CABLE CAR A LAGOS
1922 - 2022

Artista: João Duarte

Realizado por Hugo Miguel Mázzi da Henriques Pereira
Presidente da Câmara Municipal de Lagos

10 de Junho de 2022



LAGOS REVIVEU A CHEGADA DO COMBOIO

Um programa repleto de atividades recordou a chegada do comboio a Lagos, ocorrida a 30 de julho de 1922. Da efeméride, que teve ponto alto nos dias 29 e 30 de julho, irão perdurar a imagem da nova peça de arte pública que ornamenta agora a envolvente da Estação Ferroviária de Lagos, a formalização do primeiro passo para a requalificação do Núcleo Museológico de Lagos do Museu Nacional Ferroviário, assim como a exposição “Lagos, a última paragem” e, ainda, várias peças comemorativas e documentos informativos.

O município, com o apoio da Infraestruturas de Portugal e da CP – Comboios de Portugal, promoveu uma viagem simbólica e evocativa da chegada do comboio a Lagos, recriando o momento vivido, pela primeira vez, há cem anos. Embora sem a comoção comparável à que foi sentida pelos lacobrigenses no dia 30 de julho de 1922, a iniciativa teve a presença de entidades, contando com a participação do Rancho Folclórico e Etnográfico de Odiáxere e da Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio, que animaram a viagem e a chegada à Estação.

O momento ficaria, ainda, marcado pela inauguração da peça de arte pública comemorativa, da autoria de João Duarte, instalada na rotunda viária a meio caminho entre a antiga e a atual Estação Ferroviária de Lagos, uma localização que, segundo o autor, inspirou o próprio processo criativo desta obra.

Outro dos momentos altos das comemorações foi a assinatura do Protocolo de Gestão Partilhada do Núcleo Museológico de Lagos do Museu Nacional Ferroviário. A parceria tem como objetivo devolver à comunidade o acesso à história e a um espaço e património-





Peças filatélicas

30 de julho de 2022 | Centro Cultural de Lagos

Apresentação das peças filatélicas comemorativas e cerimónia do 1.º dia de circulação

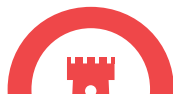


Colóquio “100 Anos da Chegada do Comboio a Lagos - passado, presente e futuro”. Painel formado por Pedro Moreira (atual presidente da CP), Carlos Fernandes (Vice-Presidente da IP), Eduardo Zúquete (especialista em Mobilidade e Transportes) e Elisabete Rodrigues (moderadora).

nio há muito desejado. Manuel Cabral, presidente da Fundação, contextualizou a iniciativa no pacote de investimentos de cerca

de 5 milhões de euros que irá ser feito nos vários núcleos do Museu Nacional Ferroviário, os quais terão uma abordagem conjunta,

coerente e deverão funcionar em articulação, com o devido enquadramento sociológico local, mas sem perder o discurso ferroviário. Satisfeito com o passo dado, Hugo Pereira reiterou o interesse e compromisso do município em aceitar a transferência da gestão do Núcleo Museológico de Lagos, assim como a responsabilidade de proceder à requalificação da antiga cocheira e espaço envolvente, zelar pela manutenção do edificado, dotar o equipamento de recursos humanos e proceder à respetiva abertura ao público. O ensaio desta parceria aconteceu no âmbito das comemorações, em que as partes se juntaram para idealizar e produzir a exposição “LAGOS, a última paragem”, que esteve patente



Inauguração da exposição “Lagos, a última paragem”

ao público no Centro Cultural. Em cerimónia contínua, realizou-se, no mesmo local, a apresentação da medalha comemorativa, da autoria de João Duarte, que, defendendo a medalhística como uma arte nobre da escultura, revelou ter sido esta peça a escolhida para representar Portugal no XXXVII da FIDEM, a realizar em 2023 em Florença (Itália).

Não menos proeminente é o currículo dos CTT em matéria de emissões filatélicas. Isabel Fonseca, em representação do departamento de Filatelia da referida empresa deu a conhecer as edições comemorativas (selo e Inteiro Postal) alusivas ao Centenário da Chegada do Comboio a Lagos e presenteou o público com um historial sobre o surgimento e a

evolução do selo. O cerimonial de colocação do carimbo de primeiro dia de circulação destas peças filatélicas envolveu as entidades organizadoras das comemorações e outras entidades presentes, entre as quais a Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras (município geminado com Lagos) e a Vice-Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, onde está sediado o Museu Nacional Ferroviário.

O programa do Centenário da Chegada do Comboio a Lagos integrou, ainda, um colóquio que, reunindo dois painéis de conceituados oradores, refletiu sobre o passado, o presente e o que poderá ou deverá ser o futuro da ferrovia em Portugal e na região, chamando a atenção para a ne-

cessidade de se recentrar o debate, a estratégia e o investimento público na ferrovia e numa maior articulação entre esta e a rodovia, complementada com a mobilidade urbana suave, a micro mobilidade e uma maior utilização dos transportes públicos. O resumo das comunicações apresentadas consta da revista comemorativa “Ida e Volta” que está, ainda, disponível nos principais balcões de atendimento ao público dos serviços e equipamentos culturais municipais.

As celebrações surgiram da iniciativa da Comissão Municipal para as Comemorações do Centenário da Chegada do Comboio a Lagos que integrou a Assembleia, a Câmara Municipal de Lagos e as Juntas de Freguesia do concelho.

JOÃO DA SILVA OLIVEIRA (1877-1958)

1.º CHEFE DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE LAGOS

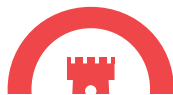


João da Silva Oliveira na juventude

Natural de Albufeira, João José da Silva Oliveira residiu em Lagos durante grande parte da sua vida adulta, onde se fixou por motivos profissionais. Vindo da Estação de Santa Clara – Sabóia, onde esteve colocado anteriormente, é-lhe confiada a responsabilidade de chefiar a Estação Ferroviária de Lagos, funções que exerceria até à sua aposentação, em 1947. Foi este ferroviário - segundo a documentação que António Andrade, seu neto, partilhou com o município - o primeiro Chefe de Estação¹ a ocupar o novo posto criado com a entrada em funcionamento da Estação de Lagos. O “Auto de vistoria e d’entrega”, lavrado em 20 de abril de 1929, descreve, com pormenor, os bens então colocados à sua guarda, mormente o Edifício da Estação de Lagos, cujo pavimento térreo era composto por “13 quartos” (leia-se “divisões”), sendo dois de pessoal superior, um escritório, um telégrafo, uma bilheteira, uma rotoleira, um despacho de bagagens, um vestíbulo, dois do pessoal graduado, uma arrecadação e uma de superiores da Via, sendo cinco de mosaicos e oito de soalho, to-

dos forrados de madeira nos tetos. Já o primeiro andar do edifício da estação é descrito como tendo “6 quartos, todos de habitação do chefe da estação, sendo 1 com o solo de mosaico e 5 assoalhados e com os forros de madeira”. O Auto confirma, assim, a informação já então veiculada pela imprensa, designadamente pela Ilustração Portuguesa n.º 888 de 24 de fevereiro de 1923, onde se tecia a seguinte apreciação: “Possue, Lagos, a melhor estação da linha férrea do Sul – uma estação quasi luxuosa”. O mesmo documento enumera, ainda, as dependências que fariam parte da Estação de Lagos, como um “Caes coberto”, uma “Cocheira de Machina” e uma “Placa Rotatória”, atualmente ainda existentes e visíveis no local, merecendo salientar as casas de habitação do pessoal que seriam em número de “quinze habitações” e um total de “57 divisões” por onde passaram e viveram várias gerações de ferroviários e respetivas famílias até à sua desativação e demolição no início do séc. XXI. Do mais que se conseguiu apurar, em 1920 João José da Silva Olivei-

1) Nota: a Câmara Municipal de Lagos agradece a António Andrade, neto do 1.º Chefe da Estação de Lagos, a cedência da documentação e das fotografias incluídas neste artigo, aos quais o município só teve acesso em data que já não permitiu a integração na exposição “Lagos, a última paragem” ou na publicação comemorativa do Centenário da Chegada do Comboio a Lagos intitulada “Ida e Volta”. Aqui fica feito o contributo para recordar a chegada da ferrovia a Lagos e dar a conhecer uma das muitas histórias de vida marcadas por esse acontecimento.



Com a esposa e filhos na Estação de Lagos

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES
Sociedade Anónima. Estatutos de 30 de Novembro de 1894

Via e Obras — 17.ª Secção

Estação de Lagos

Auto de entrega de todo o terreno disponível entre as agulhas
ao Sr. João José da Silva Oliveira Chefe da estação
Em 20 de abril de 1927

Segundo o artigo 4.º da Ordem da Direcção n.º 9, e disposições ulteriores do
Ex.ª Sr. Director, em comunicação n.º 1418 de 13 de Maio de 1873, foi entregue
ao Sr. João José da Silva Oliveira
todo o terreno disponível dentro do recinto da estação de Lagos
entre as agulhas para fazer horta e jardim, com a condição de o cultivar bem, e ter
a estação e vedações bem conservadas.

Recebi
O Chefe da Estação
João José da Silva Oliveira
1927

Visto
O Inspector de Movimento
[Signature]

Entregue
O Chefe da 17.ª Secção
[Signature]

V. 88 — Agosto de 1927 — 6.000 ex.

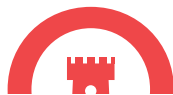
Duplicado

Auto de Entrega da estação

ra já seria Chefe de Estação de 3.ª classe (sendo que a carreira previa quatro patamares ou categorias), uma vez que o seu nome aparece referido no mapa, publicado em anexo ao Decreto n.º 7:189 de 9 de Dezembro de 1920, de agentes ferroviários do Estado demitidos na sequência das perturbações cau-

sadas pelo movimento grevista. O mesmo decreto também previa, visando a normalização dos serviços, a possibilidade de preenchimento das vagas pelos ex-agentes ferroviários que, com boas informações dos serviços, pelo seu passado e reconhecidas aptidões, as direcções julgassem conveniente readmitir,

uma situação que terá vigorado - segundo se depreende da leitura deste diploma - de forma transitória até à remodelação e à realização de novos concursos, nomeações e promoções que terão acompanhado as medidas anunciadas pelo Governo para melhorar a situação económica dos ferroviários.



PLANO E ORÇAMENTO PARA 2023

PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, HABITAÇÃO, CULTURA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS SÃO AS ÁREAS COM MAIOR VOLUME DE INVESTIMENTO.

Os documentos previsionais do município de Lagos para o novo ano económico, designados por “Grandes Opções do Plano e Orçamento”, foram aprovados, estabelecendo os objetivos, estratégias, ações e investimentos que irão nortear a atividade municipal no ano em curso.

O orçamento, no montante global de 84 955 414,00 euros, traduz um aumento de cerca de 16% face ao orçamento inicial de 2022. Ao nível do Plano Plurianual de Investimentos, que prevê a implementação de projetos e ações no valor de 38 milhões, o maior volume de recursos financeiros é dedicado às componentes da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, da Habitação, da Cultura e dos Transportes Rodoviários. No seu conjunto, estas quatro áreas representam 58% do total do Plano

Plurianual de Investimentos e 26% do total da despesa prevista.

No contexto do quadriénio 2021-2025, a autarquia organizou, uma vez mais, os seus objetivos estratégicos em torno de quatro pilares de desenvolvimento, que visam tornar Lagos um concelho cada vez mais solidário, seguro e saudável (Eixo 1), ordenado, acessível e limpo (Eixo 2), sustentável (Eixo 3) e próximo das pessoas (Eixo 4).

No Eixo 1, o aumento e a reabilitação da oferta habitacional municipal continua a ser o objetivo prioritário, estando prevista a atualização e implementação da Estratégia Local de Habitação e a concretização de um programa de arrendamento acessível que permita dar resposta aos agregados que sentem dificuldades em acomodar no seu orçamento familiar a sobrecarga de custos com a habitação. Reforçar o apoio

à Educação, Juventude e Desporto é outra meta deste eixo, destacando-se, neste âmbito, a ampliação, apetrechamento e conservação do parque escolar, que está em curso com a elaboração dos projetos para a ampliação das duas escolas EB 2, 3 de Lagos. Para reforçar a Igualdade Social e a Segurança, o município prepara-se para receber a transferência de competências no domínio da ação social e atualizar os documentos estratégicos de planeamento da Rede Social, não poupando no investimento em políticas de coesão e inclusão social, nos meios de Segurança e Proteção Civil e na consolidação da Polícia Municipal. Para atingir os objetivos do Eixo 2 será colocado especial ênfase na intervenção e qualificação do ambiente urbano, denominador comum às muitas ações previstas, com destaque para a 3.ª fase do





O edifício multifamiliar de custos controlados que está a ser construído no lote 14 da urbanização Chesgal é uma das intervenções previstas na Estratégia Local de Habitação.

Anel Verde (Parque da Cidade), a requalificação da área pedonal do centro histórico e a reabilitação das margens da Ribeira de Bensafim. Uma das novidades reside no desenvolvimento do projeto para a reconversão do atual recinto de feiras num complexo desportivo público de saúde e bem-estar (Parque Urbano de Lagos), que evoluirá em simultâneo com os estudos para um novo parque de feiras e espaço multiusos. No capítulo das acessibilidades e mobilidade, as atenções viram-se para a requalificação da Estrada da Ponta da Piedade, a conclusão da variante norte da Luz, os estímulos à utilização do transporte coletivo e à mobilidade suave (com a obra da Ecovia do Litoral Sul), a requalificação de viadutos e pontes, bem como as acessibilidades pedonais e estacionamento junto às praias (com o Passeio Marítimo

da Meia Praia e acesso ao Porto de Mós). Já em matéria de limpeza urbana, o grande desafio será o início da implementação do Plano Municipal de Bio resíduos.

No eixo da sustentabilidade, o investimento vai ser aplicado sobretudo em ações de planeamento do território e de práticas adaptativas e mitigadoras das alterações climáticas, na valorização do património histórico-cultural e natural, expresso em intervenções já em curso como a ampliação do Museu de Lagos Dr. José Formosinho, a requalificação da Ponta da Piedade e a conservação do cordão dunar da Meia Praia ou a lançar, de que são exemplo a reabilitação dos baluartes com patologias mais acentuadas, prevista no Projeto de Reabilitação das Muralhas e Torreões de Lagos, a reabilitação da Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas e a recupera-

ção das arribas da Praia da D. Ana. A dinamização da atividade cultural, através, entre outras ações, das Comemorações dos 450 anos da Elevação de Lagos a Cidade e da retoma da realização do Festival dos Descobrimentos e das Marchas Populares, tem como objetivo diversificar a oferta ao longo de todo o ano. Merece ainda destaque a consolidação de infraestruturas de suporte à iniciativa empresarial e aos empreendedores através da implementação do projeto “Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração” e outros de estímulo à atividade económica suportada em base sustentável.

Para tornar o município e a administração autárquica mais próxima das pessoas, a Câmara aposta na melhoria dos canais *online* e *offline* de comunicação e relação com os munícipes.



PLANO FISCAL COM TAXAS REDUZIDAS LAGOS É UM DOS MUNICÍPIOS QUE DEVOLVE MAIS IRS AOS CONTRIBUINTES

O pacote fiscal aprovado para 2023 aprofunda os benefícios destinados aos contribuintes de Lagos, trazendo menos IMI, menos IRS e nenhuma derrama para as empresas. Estas medidas concretizam e dão continuidade à política municipal de apoiar os munícipes, as famílias e a economia local, iniciada aquando do surgimento da pandemia com o programa LAGOS APOIA.

A atual situação financeira do município garante folga orçamental que permite dar continuidade a uma política fiscal caracterizada pela redução gradual das taxas, pretendendo ser este, segundo consta dos documentos aprovados, mais um contributo para mitigar, em 2023, o impacto da subida da inflação nos orçamentos das famílias e das empresas. No que respeita ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a autarquia decidiu reduzir de 0,32% para 0,30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos em todas as freguesias, o

que corresponde ao limite mínimo legal passível de aplicação e cobrança. A Câmara manteve a redução de 20% da taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados para habitação permanente, assim como a redução do imposto em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar. No âmbito da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos (ARU), está prevista a majoração para o triplo da taxa aplicável aos imóveis devolutos ou em ruínas e, por contraponto, a minoração em 30% da taxa para os imóveis intervencionados. A grande novidade deste pacote fiscal reside na taxa de participação variável (de até 5%) no IRS, que constitui receita dos municípios relativamente aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial. Em Lagos, a autarquia decidiu abdicar totalmente da retenção dessa taxa sobre os rendimentos de 2023, que deixa, assim, de ser cobrada em 2024. Igual critério será tido relativamente ao setor empresarial, uma vez que não será lançada qualquer derrama sobre as empresas.



ESTUDO DÁ BOA NOTA À GESTÃO E SAÚDE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Esteve em destaque na imprensa o retrato dos municípios feito através do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo a 2021. O estudo, da autoria de um grupo de investigadores, é realizado desde 2004 e conta com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Como habitualmente acontece nestas situações, os extremos, isto é, os melhores e os piores desempenhos, foram os que mais atraíram a atenção dos *media*. Lagos sai, no entanto, bastante bem posicionado neste estudo ao ocupar a 13.^a po-

sição no Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente (que analisa nove indicadores), registando uma subida de oito posições face a 2020 e mantendo a consistência de avaliação positiva dos últimos anos. No grupo dos 100 municípios com melhor eficiência financeira, 34 são, tal como Lagos, municípios de média dimensão.

Já no contexto da região, Lagos está no sexto lugar do ranking dos municípios com melhor pontuação global, ocupando a quarta posição

dos municípios de média dimensão do distrito de Faro.

Lagos destaca-se, ainda, no desempenho de alguns indicadores específicos como sejam: o da maior independência financeira (indicador que analisa o rácio das receitas próprias face às receitas totais), onde o município lacobrigense alcança a 7.^a posição, com 81,8%, ou o indicador “Maior diferença entre o valor cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%” em que, no contexto da sua política de apoio às famílias e às empresas, a autarquia tem vindo a reduzir anualmente a taxa de IMI, gerando em 2021 uma poupança média de 171 euros por cidadão.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo a 2021 está disponível para consulta em www.occ.pt

ARMAZÉM REGIMENTAL JÁ É MUNICIPAL

Foi assinado, no passado dia 19 de janeiro, entre o Exército Português e o município, o auto de entrega do Armazém Regimental. Até agora propriedade do Estado e afeto ao Ministério da Defesa Nacional, o edifício foi alienado ao município mediante uma compensação financeira de 238 mil euros. O ato marcou o culminar de um longo processo de contactos e negociações.

Para o município a prioridade agora é conservar este património, reabilitar o espaço, dotando-o de mais condições para a realização de atividades culturais, e

devolvê-lo novamente à fruição da comunidade.

No imediato será feita uma intervenção superficial apenas para garantir as condições mínimas de utilização e, posteriormente, proceder-se-á a uma reabilitação mais profunda.

Datado de 1665, o imóvel foi construído para armazenar os produtos trazidos pelas naus que aportavam a Lagos. Na fachada principal, sobre cada uma das portas, ostenta um escudo de Armas do Reino do Algarve e, entre elas, a chancela do Conde de Avintes. Duas grandes portadas de madeira, encimadas

por um frontão barroco, encerram o derradeiro exemplar de um conjunto de Sete Passos (oratórios) da Via Sacra que se encontravam espalhados pela cidade.





PRÉMIO MUSEU EUROPEU DO ANO 2023 MUSEU DE LAGOS ESTÁ NOMEADO

O Museu de Lagos Dr. José Formosinho está nomeado para o Prémio Museu Europeu do Ano (EMYA) 2023. A notícia foi divulgada pelo Fórum Europeu dos Museus, mas o vencedor só será anunciado em maio, em Barcelona.



Se ainda não teve oportunidade de conhecer o renovado Museu de Lagos, poderá aceder aos conteúdos que estão disponíveis em <https://museu.cm-lagos.pt/>, mas o melhor mesmo é visitar os seus espaços e os vários núcleos que o integram.



O Prémio Museu Europeu do Ano, atribuído pelo Fórum Europeu dos Museus, foi criado há mais de 40 anos para reconhecer casos de excelência na museologia europeia e é, atualmente, o mais prestigiado galardão atribuído pelo Fórum. O Museu de Lagos Dr. José Formosinho – que foi beneficiado com profundas obras de remodelação num montante total de 2,5 milhões de euros, cofinanciado por fundos europeus do CRESC 2020 em mais de 1,5 milhões de euros – reabriu portas em 27 de

outubro de 2021 com um espaço de homenagem ao seu fundador e exibindo coleções, maioritariamente por ele reunidas, de Curiosidades, Pintura e Indústrias Artesanais, e expondo um acervo que integra uma narrativa da história de Lagos entre 1460 e o século XIX, onde se destaca o papel do Regimento de Infantaria de Lagos na história militar e a importância da antiga confraria militar de Santo António, cuja igreja constitui um dos pontos altos do percurso de visita, sen-

do um dos espaços monumentais mais visitados de todo o Algarve. O museu está agora, também, dotado de equipamentos acessíveis e dispõe de uma loja-livraria onde podem adquirir-se objetos com motivos inspirados nas coleções expostas. Atualmente, estão em curso obras de ampliação do Museu para a futura apresentação do acervo de carácter essencialmente arqueológico que exhibirá uma narrativa da história de Lagos e do Barlavento algarvio das origens até 1460.



COLAGOS BALANÇO DO PRIMEIRO ANO DE ATIVIDADE

O CoLagos assinalou o seu primeiro aniversário com um balanço do trabalho desenvolvido. Sendo uma estrutura municipal de trabalho remoto que oferece serviços que respondem às necessidades dos *coworkers*, o CoLagos quer também afirmar-se como projeto de referência na área do empreendedorismo, envolvendo ativamente a comunidade local.

No primeiro ano de funcionamento passaram por esta estrutura cerca de centena e meia de pessoas, com percursos profissionais muito diversificados e um gosto em comum: trabalhar em espaços partilhados. Uma preferência manifestada, essencialmente, pela população ativa mais jovem, já que a média de idade dos frequen-

tadores do espaço é de 35 anos, e predominantemente estrangeira, representando 85% dos clientes. Estes trabalhadores remotos dedicam-se a áreas tão diversas como o *marketing*, consultoria, *design*, vendas e *e-commerce*, saúde, *web design* e programação, IT, gestão e recursos humanos.

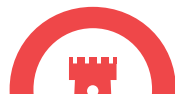
A par da disponibilização de es-

paço de trabalho e serviços associados, o CoLagos lançou um programa formativo que disponibiliza ferramentas para ajudar os *coworkers* a potenciar as suas competências e conhecimentos. Os formadores são lacobrigenses que exercem funções profissionais nas áreas abordadas, concretizando o envolvimento da comunidade local subjacente aos princípios do projeto.

A criação da mascote, o lançamento de um *podcast*, exposições, aulas de português para estrangeiros e a colaboração com agentes do comércio local, foram iniciativas igualmente dinamizadas por esta estrutura municipal sob gestão e exploração da (A) Garra – Associação Jovem de Lagos.

Ficou com curiosidade? Consulte a página www.colagos.pt e acompanhe a presença do CoLagos nas redes sociais para ficar a par das próximas iniciativas.





PRESERVAR O CORDÃO DUNAR DA MEIA PRAIA

A Baía de Lagos é uma das maiores e mais belas da Europa. Apreciada pelo enquadramento paisagístico e pelo seu extenso areal, que completam a moldura desta paisagem costeira, a Meia Praia possui valores naturais que tornam esta parcela do território digna de proteção e valorização. Estas preocupações estiveram na origem da intervenção, em curso, que tem como objetivo regenerar e recuperar o sistema dunar da Meia Praia, numa faixa litoral de aproximadamente 3 km de extensão.

O condicionamento dos acessos pedonais à Meia Praia foi a estratégia encontrada para promover a recuperação dunar e, através

desta, garantir a proteção do litoral, a conservação da linha de costa e a segurança das próprias populações.

A obra compreende, entre outros trabalhos, a remoção de espécies vegetais invasoras, a construção de um sistema de passadiços sobrelevados e a colocação de paliçadas para demover o pisoteio das dunas e promover a sua fixação. Está ainda contemplada a instalação de mobiliário urbano, sinalização e suportes informativos destinados a promover a educação para a ecologia e a valorização da paisagem dunar. A empreitada tem um custo de 2 340 310,96 euros, acrescido de IVA.

Paralelamente, está a ser feita a monitorização fotogramétrica do cordão dunar da Meia Praia, uma técnica utilizada pela engenharia em projetos de monitorização de variados fenómenos, como por exemplo em edifícios, arribas litorais ou linhas de praia, permitindo controlar as alterações já existentes e detetar novas alterações.

Estes investimentos têm apoio financeiro externo no âmbito de candidatura ao programa operacional POSEUR, que mereceu aprovação para um montante elegível de 2 374 157,40 euros, o qual será cofinanciado a 75% pelo Fundo de Coesão da União Europeia.



Em cima e à direita (em baixo): Passadiços construídos no âmbito da 2.ª fase de intervenção (empreitada correspondente à componente 1)

PONTA DA PIEDADE VAI COMEÇAR UMA NOVA ETAPA DOS TRABALHOS DE REQUALIFICAÇÃO

A Câmara Municipal adjudicou uma nova empreitada no âmbito do projeto de requalificação e valorização da Ponta da Piedade. Identificada como a “Componente 2 da 2.ª Fase”, esta intervenção é a que maior impacto vai gerar na gestão deste território, quer no decurso dos trabalhos, devido ao grande interesse de visita que o lugar suscita, quer após a sua conclusão, por permitir reordenar a rede viária e as zonas de estacionamento. Contemplados estão, também, o tratamento pai-

sagístico de espaços, a melhoria da iluminação pública e a continuação dos passadiços com miradouros a montante e a jusante do troço já executado, ou seja, entre a Praia D. Ana e a Praia do Pinhão, assim como na área envolvente ao Farol da Ponta da Piedade. Na componente viária, o projeto a implementar prevê que o acesso à parte final da Estrada da Ponta da Piedade passe a ser destinado apenas a viaturas de serviço do Farol, de abastecimento de mercadorias e situações de emergência,

suprimindo, por isso, as bolsas atualmente em utilização. Igual critério será aplicado ao atual acesso à Praia do Camilo, que será convertido em via de acesso condicionado, terminando em miradouro. Em alternativa serão construídos dois novos parques de estacionamento: um primeiro, situado no cruzamento de acesso à Praia do Camilo, que terá capacidade para 56 veículos ligeiros, e um segundo parque, que servirá a Ponta da Piedade, dimensionado para 150 veículos ligeiros e



10 autocarros de turismo. A estrada terá um novo perfil, com duas faixas de rodagem, ciclovia adjacente à estrada e um passeio lateral para peões, que, em alguns troços, serão partilhados. A obra vai custar cerca de 2,4 milhões de euros, mais precisamente 2 404 895,00 euros acrescidos de IVA, sendo cofinanciada pela União Europeia (FEDER) através do CRESC Algarve 2020, e tem um prazo de execução de 360 dias.

A beleza ímpar da paisagem deste troço de costa e as infraestruturas que, no local, estão a ser criadas, têm atraído cada vez mais visitantes. De acordo com os números apurados pelo sistema instalado aquando da execução da 1.ª fase de intervenção, mais de 1,8 milhões de pessoas já passearam nos passadiços da Ponta da Piedade.

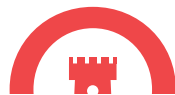


Imagem virtual ilustrativa da Estrada da Ponta da Piedade após a concretização da 2.ª fase de intervenção (componente 2), que terá início em breve

Informação complementar:

A requalificação e renaturalização desta área tão emblemática, mas sensível, do território concelhio, foi pensada em termos globais de acordo com um anteprojecto que mereceu aprovação das entidades competentes. A complexidade do processo, que envolveu um mecanismo legal e administrativo de reconhecimento de interesse público e a aquisição de terrenos por parte do município, obrigou ao faseamento da elaboração dos projetos de execução e da própria intervenção física. Preservar a singularidade ambiental, natural e paisagística global desta parcela do território, implementando um conjunto de soluções que dê igualmente resposta às questões de segurança e conforto dos utilizadores continua a ser o grande objetivo desta intervenção municipal. Etapa a etapa, esse objetivo vai sendo cumprido. A 1.ª fase da *Requalificação da Ponta da Piedade*, desenvolvida no troço de costa entre o Canavial e o Farol da Ponta da

Piedade, foi concluída em 2018, registando, desde então, significativa utilização por parte de residentes e visitantes. A 2.ª fase, compreendida entre o *Farol da Ponta da Piedade* e a *Praia do Pinhão*, desdobra-se em três componentes: a componente 1, correspondente aos passadiços recentemente construídos entre a Ponta da Piedade e a Praia D. Ana; a componente 2, cujos trabalhos irão arrancar em breve, e uma 3.ª e última componente, que corresponde à recuperação da vegetação e das escadas de acesso à zona de embarque para os passeios turísticos às grutas da Ponta da Piedade, incluindo, ainda, a redefinição da área de atividades económicas atualmente situada junto ao Farol, prevendo-se a sua concentração num único ponto, juntamente com novas instalações sanitárias e outros serviços de apoio. Está, ainda, prevista a execução e instalação de um elemento de homenagem a Sophia de Mello Breyner Andresen, o qual será desenvolvido em processo autónomo.



REVITALIZAR OS MERCADOS DE LAGOS MERCADO DE BARÃO DE SÃO JOÃO REABRIU PORTAS RENOVADO

Depois da renovação do Mercado de Levante, reaberto em julho de 2022, foi a vez de intervir nos mercados das freguesias.

Representando um investimento



global de quase meio milhão de euros, foram lançadas duas empreitadas, relativas aos mercados de Barão de São João e de Odiáxere.

A primeira delas, já terminada, permitiu o regresso de vendedores e compradores ao espaço habitual. Com uma fachada totalmente renovada, maior acessibilidade e abertura, a luz entra agora livremente pelo Mercado de Barão, revelando um espaço interior integralmente renovado e reorganizado, com melhores condições de trabalho para os produtores/vendedores locais e conforto para os utilizadores.

Já a intervenção no Mercado de Odiáxere conheceu contratempores de natureza imprevista que obrigaram o município a suspender a

obra e a proceder a reajustes no projeto, devendo os trabalhos ser retomados em breve.

Estas duas empreitadas municipais integram a componente de investimento público desenvolvida no âmbito do Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE) e correspondente candidatura ao Programa Operacional CRESCE ALGARVE 2020, a qual tem como objetivo promover a atratividade e reforçar o papel do mercado de produtores hortofrutícolas na economia de base local. A operação representa um investimento total de 747 mil euros, sendo cofinanciado pelo FEDER, que comparticipa com uma taxa de 70% a sua execução.

PASSEIO MARÍTIMO DA MEIA PRAIA FOI LANÇADO CONCURSO PARA O PROJETO DE EXECUÇÃO

Na sequência da intervenção na V10 (“Estrada da Meia Praia”) e da “Reabilitação e Recuperação do Cordão Dunar da Meia Praia”, foi lançado concurso para a “Elaboração do Projeto de Intervenção em Espaço Público - Passeio Marítimo da Meia Praia” que vai incidir sobre a faixa situada entre a via e a linha de comboio. Esta será a última componente de uma intervenção

em espaço público que tem como objetivo global melhorar a acessibilidade, viária e pedonal, assim como a imagem urbana desta frente de mar privilegiada sobre a baía de Lagos, preservando os valores naturais e ambientais em presença.

Na prática, pretende-se criar um espaço de excelência, com identidade própria, qualificado e valorizado, do ponto de vista natural e paisagís-

tico, complementado pelos respetivos acessos rodoviários, cicláveis e pedonais, e parques de estacionamento, de modo a que a sua função seja, não apenas de apoio à utilização balnear, mas de usufruto de uma área pública de recreio e lazer. O projeto vai, ainda, ter em atenção a eletrificação da linha de comboio e procurar soluções para mitigar os impactes visuais dessa intervenção.



IGREJA DE N. SENHORA DO CARMO EM TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Estão a decorrer, no âmbito de uma empreitada municipal, trabalhos de conservação da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. A intervenção, no valor de mais de meio milhão de euros, contempla o restauro dos elementos decorativos existentes na capela-mor e demais espaços interiores, a melhoria do sistema de iluminação, bem como a correção de patologias no interior e no exterior do edifício.

Implantada num dos pontos mais elevados de Lagos, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo ou “Igreja das Freiras”, como vulgarmente é conhecida, é um edifício do século XVI. Depois de muitos anos votado

ao abandono e ameaçando ruir, em 2006 começa o “salvamento” deste património. Empenhado em dar nova vida ao edifício, o município realiza a primeira intervenção de “Consolidação e Reforço Estrutural”. Segue-se uma segunda intervenção que permitiu reabilitar e recuperar o edifício para fins culturais, dotando-o das infraestruturas de suporte necessárias e realizando trabalhos de conservação e restauro. Essas melhorias possibilitaram, desde então, a utilização do edifício pela Associação do Grupo Coral de Lagos, nas vertentes formativa e de dinamização cultural. Ficaria para uma terceira e última fase a inter-



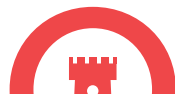
venção de conservação e restauro dos elementos artísticos da Igreja. A empreitada atualmente em curso vem fechar esse ciclo de investimento e devolver a dignidade a um dos mais imponentes elementos do património edificado da cidade, aproveitando-se esta oportunidade para corrigir as patologias que o desgaste do tempo voltou a colocar a descoberto.

PONTES ESTÃO A SER INTERVENCIONADAS

São duas as pontes sobre a Ribeira de Bensafrim a reabilitar através de empreitada. Os trabalhos na ponte que faz o acesso a Lagos pela EN125, contratados por 393 996,12 euros (acrescidos de IVA), estão a decorrer sem afetar a circulação automóvel, podendo vir a existir condicionamentos pontuais. Prevista está também a reabilitação estrutural da ponte sobre a Ribeira de Bensafrim no acesso pela EM535. Estas intervenções

decorrem dos trabalhos de inspeção realizados, por solicitação do município, pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil às obras de arte em causa, os quais determinaram a necessidade de se proceder a reabilitações estruturais. Outra das intervenções planeada e inscrita em orçamento é a requalificação do viaduto sobre a Estrada da Ponta da Piedade/Avenida das Comunidades Portuguesas, com projeto já executado.





REABILITAÇÃO DA CASA DO GUARDA INTERVENÇÃO VISA A CRIAÇÃO DO CENTRO INTERPRETATIVO DA MATA DE BARÃO DE S. JOÃO

O potencial da Mata de Barão de São João para atividades de sensibilização ambiental é, há muito, conhecido. Apesar das infraestruturas existentes (parque de merendas, circuito de manutenção, Centro Cyclin' Lagos e percursos pedestres) que permitem a prática de atividade física e desportiva,

assim como a fruição da natureza e dos valores patrimoniais e artísticos existentes, sentia-se a necessidade de dotar esta zona verde de um centro interpretativo especificamente vocacionado para a dinamização de ações na vertente ambiental. Surge, assim, a ideia de reaproveitar para esse fim o edifício

da antiga Casa do Guarda Florestal que se encontrava fechado e em avançado estado de degradação. Em 2020, é dado o primeiro passo para a concretização desse projeto, com a assinatura, pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) e pelo município, do Protocolo de Colaboração para a Cedência da Casa Florestal, que é propriedade estatal, de modo a permitir a intervenção no mesmo por parte da Câmara.

A empreitada, no valor de 445 803,60 euros (acrescido de IVA), recentemente iniciada, irá reabilitar a antiga Casa do Guarda e construir um novo edifício, em substituição da construção anexa existente, para acolher atividades de investigação, estudo e divulgação. Os trabalhos incluem, também, o arranjo do espaço exterior envolvente.

A intervenção é cofinanciada a 70% pelo FEDER, no âmbito do CRESC Algarve 2020 e da candidatura aprovada, a qual se destina a valorizar os recursos endógenos e promover o turismo ativo.

A planificação anual de atividades será articulada com o ICNF.





AUMENTOU A RECOLHA SELETIVA NO CONCELHO CADA HABITANTE SEPAROU 117KG DE RECICLÁVEIS POR ANO

O aumento da recolha seletiva e de retoma de resíduos recicláveis (vidro, papel e embalagens) é um dos objetivos da política nacional de resíduos. Mas o cumprimento das metas desse plano no que à reciclagem dizem respeito começa em casa de cada cidadão e no espaço das empresas ou estabelecimentos comerciais, com a correta separação dos resíduos.

O papel do município é promover e apoiar ações de informação e sensibilização junto dos cidadãos e de grupos específicos da popula-

ção, assim como dotar o concelho dos equipamentos necessários para permitir essa recolha, instalando uma rede de ecopontos.

De acordo com os dados divulgados pela ALGAR sobre o desempenho da recolha seletiva no Algarve (brochura “Quantitativos Municípios 2021”), em Lagos existem 10 ecopontos por cada 1000 habitantes, um número acima da média do Algarve. Este desempenho deve-se ao investimento que tem sido feito pelo município na expansão da rede de ecopontos, o que permitiu

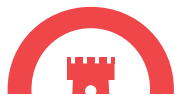
acompanhar e dar resposta ao aumento do número de habitantes.

Essa pode ser uma das razões para explicar o bom desempenho igualmente registado na taxa de recicláveis recolhidos no concelho de Lagos, que, em 2021, representou 17% do total de resíduos, bastante superior à média da região que é de 12%.

O panorama repete-se quando analisado o valor *per capita* da retoma de recicláveis, com Lagos a separar 117kg de resíduos recicláveis por habitante (por ano) contra os 85kg da média da região, fazendo com que sejamos o 3.º município do sistema com melhor valor de retoma de recicláveis em 2021 e o 4.º município no que respeita às quantidades de recicláveis recolhidos.

Sendo estes números resultado do empenho de todas as partes, importa, por isso, sublinhar que Lagos deu um contributo muito importante para que a meta dos 79kg/hab/ano definida para a região pudesse ser alcançada.

Para estes resultados também contribuíram, segundo a ALGAR, iniciativas como as campanhas de sensibilização à população e ao comércio e restauração, a disponibilização do serviço “Algarlinha” e a implementação do “Recicla +”, o novo projeto piloto de recolha porta-a-porta, financiado por fundos europeus, que incluiu a aquisição de 4450 contentores e quatro viaturas de recolha seletiva, abrangendo nesta experiência três municípios, entre os quais o de Lagos, onde o projeto está a servir a população residente na zona dos Montinhos da Luz.



PRIORIDADE À EFICIÊNCIA ENERGIA E RECURSOS HÍDRICOS NO CENTRO DOS PLANOS DE INVESTIMENTO

Atento à situação da crise energética que afeta todo o mundo, assim como à escassez de água gerada pelos períodos de seca cada vez mais prolongados a que o território tem vindo a ser sujeito, o município está a seguir as recomendações integradas no Plano Nacional de Poupança de Energia e a implementar as medidas constantes do Plano Regional de Eficiência Hídrica da Região do Algarve, mantendo estas áreas sob permanente monitorização. A eficiência energética e hídrica e a sustentabilidade são, de resto, preocupações e matérias prioritárias, estando patentes no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Lagos e em muitos dos projetos e ações que vale a pena conhecer.

Iluminação pública

A melhoria da eficiência da iluminação pública é uma das áreas em que se tem investido através da substituição das luminárias por lâmpadas de baixo consumo, o que permitiu reduzir significativamente a fatura energética e poupar energia. Até ao momento, foram instaladas aproximadamente 9000 luminárias LED em espaços públicos do concelho, 2500 das quais estão integradas num sistema de telegestão que possibilita regular à distância a intensidade luminosa e os horários de funcionamento. O impacto equivale a uma redução de 5100 toneladas de emissões de CO₂, números que deverão ganhar ainda mais expressão, uma vez que, no âmbito da remode-

lação da rede, em 2023 está prevista a substituição de mais 2500 luminárias. As intervenções irão abranger o centro histórico de Lagos e as urbanizações Senhora da Glória e Horta do Galvão, num investimento estimado de 540 mil euros, com retorno económico e ambiental garantido.

Sistema de abastecimento de água

As chuvas que caíram com intensidade em algumas zonas do território nacional fizeram com que o volume de água armazenado no conjunto das bacias hidrográficas atingisse 85% da capacidade total máxima. No entanto, esta precipitação, que a sul é mais rara e em menor quantidade, ainda não teve impacto significativo na Barragem da Bravura, com níveis históricos anormalmente baixos, registando um volume de apenas 13% da sua capacidade máxima (Fonte: Boletim Semanal de Albufeiras - disponibilidades hídricas a 23 de janeiro de 2023, Agência Portuguesa do Ambiente). De acordo com a mesma fonte, a bacia das Ribeiras do Barlavento é mesmo a mais crítica, registando na referida data apenas 12,5% da sua capacidade máxima, um valor muito inferior à média



Barragem da Bravura

de enchimento de 73,5% registada na década 1990/91 a 2021/22.

Estes dados justificam o investimento público que está a ser realizado para atingir maiores níveis de eficiência dos sistemas e poupança de recursos, assim como o apelo à participação ativa e permanente da população e dos agentes económicos nesta causa que é de todos.

Alguns destes investimentos têm enquadramento no Plano Regional de Eficiência Hídrica da Região do Algarve, aprovado em 2020, que estabeleceu um conjunto ambicioso de metas com o envolvimento e participação ativa dos municípios. Das treze medidas que integram o Plano, oito delas têm impacto direto no município de Lagos, onde estão a ser implementados projetos decisivos para que, até 2025, se consiga alcançar as metas definidas para a região. É o caso do projeto “Monitorização e Controlo Ativo de Perdas e Adoção de Sistemas de Rega Urbana Inteligentes e Eficientes” já executado, que foi financiado a 100% pela Agência Portuguesa do Ambiente. Ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) o município submeteu duas candidaturas para a redução de perdas de água no concelho, a concretizar através dos projetos “Implementação de Zonas de Medição e Controlo” e “Renovação de Redes de Abastecimento de Água com Elevado Nível de Perdas Reais”, representando um investimento total de 9,2 milhões de euros e um investimento elegível de 3 milhões de euros, a financiar a 100%.

Medida 3 - Utilizar águas para reutilização (ApR) em usos urbanos não potáveis, de forma a reduzir a captação de água natural



Espaços verdes estão a ser dotados com mecanismos de iluminação e de rega mais eficientes

PLANO REGIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA DO ALGARVE

MEDIDAS PARA O SETOR URBANO COM IMPACTO DIRETO NO CONCELHO DE LAGOS:

O município de Lagos foi pioneiro ao ter estabelecido, há cerca de duas décadas, um protocolo de parceria que permitiu a construção de uma conduta e de uma estação elevatória entre a ETAR e o Campo de Golfe da Boavista destinada ao encaminhamento das águas residuais tratadas para a rega do campo de golfe. Dificuldades diversas impediram a concretização efetiva desse projeto, mas, com a conclusão das obras de remodelação e ampliação da ETAR, prevê-se que, no presente ano, esta esteja em condições de fornecer água residual tratada, não só a este campo, como, no futuro, também a outros campos de golfe, espaços verdes privados e zonas públicas. Esta solução vai permitir reduzir anualmente o consumo de 1,5 milhões de m³ de água.

Medida 5 - Reduzir a pressão nos sistemas de abastecimento para baixar os consumos urbanos

A implementação desta medida no concelho de Lagos traduz-se em uma redução do consumo urbano

de água na ordem dos 1 637 432 m³ por ano (consultar infografia).

Medida 7 - Monitorização e controlo ativo de perdas

Neste âmbito, o município está a instalar zonas de medição e controlo, estando previsto também proceder-se à substituição de 12 km de condutas de água. Não menos importante é o trabalho de deteção de fugas invisíveis diariamente executado pela equipa municipal incumbida desta tarefa, o qual permite monitorizar anualmente os 390 km de condutas que constituem o sistema de abastecimento de água à população. Segundo os dados mais recentes, só num período de 10 meses (janeiro a outubro de 2022) foram identificadas por esta equipa 59 fugas de água invisíveis nas condutas, as quais deram origem a trabalhos de reparação, evitando a infiltração de água no subsolo e a sua perda. Uma das ações estruturantes é a da criação de uma Sala de Controlo, que em breve estará a funcionar em pleno e a partir da qual será possível fazer remotamen-



te a monitorização e gestão de toda a informação recolhida através dos novos sistemas inteligentes de rega, de abastecimento de água e de iluminação que estão a ser instalados.

Medida 8 - Monitorização e controlo de consumidores

“A medição e controlo dos consumidores domésticos e não domésticos é fundamental para a correta aplicação do princípio do utilizador pagador e do princípio do valor económico da água. (...) Para além da consciencialização dos utilizadores da água, só através da medição de consumos é possível avaliar o desempenho e eficácia das medidas adotadas em matéria de redução de consumos (...)”

Pondo em prática estes princípios, a autarquia tem estado a proceder à substituição de contadores antigos e promoveu a instalação de contadores em locais de consumo anteriormente sem medição e controlo de água (edifícios e equipamentos públicos, espaços verdes). Um projeto piloto de telemetria está a ser desenvolvido numa urbanização situada à entrada de Burgau, onde foram instalados 310 contadores de água “inteligentes”.

Medida 9 - Redução do consumo de água nos edifícios e equipamentos municipais

Ao abrigo desta medida, estão a ser instaladas torneiras temporizadas nos edifícios municipais e escolas, assim como equipamentos de redução de caudal.

Medida 10 - Redução de áreas regadas e/ou substituição de relvas/plantas em espaços verdes urbanos, de forma a reduzir a captação de água natural

Para reduzir as exigências de rega estão a ser requalificados gradualmente os espaços verdes públicos e zonas ajardinadas com a introdução de espécies menos exigentes em água e melhor adaptadas ao clima local, substituindo os prados e relvados por materiais inertes ou por espécies autóctones de menor consumo de água.

Medida 11 - Melhoria de infraestruturas e tecnologias de gestão de rega em espaços verdes urbanos, de forma a reduzir a captação de água natural

Para assegurar uma melhor utilização dos recursos hídricos e eficiência na rega foi executada a primeira fase de implementação da teleges-

tão na rega dos espaços verdes públicos, associada a uma estação meteorológica, que já permitiu poupar 40 mil m³ de água por ano, prevenindo-se o alargamento desta solução a outras zonas verdes.

Medida 13 - Realizar campanhas de sensibilização pelo sector urbano, turismo e indústria

Campanhas estão a ser promovidas pelas entidades envolvidas na gestão e distribuição deste recurso tão precioso, visando um maior esclarecimento e a mudança de comportamentos de consumo. Nesta vertente destaca-se o trabalho de sensibilização efetuado junto da população escolar, com especial enfoque no Ensino Básico. A boa receptividade dos estabelecimentos escolares e o entusiasmo demonstrado por docentes e alunos levaram a que, por exemplo, no final do ano letivo passado, um dos trabalhos de vídeo desenvolvido pela turma 7^º G da Escola Tecnopolis fosse premiado no projeto “Águas sem Fronteiras”, um torneio criativo entre turmas que desafiou os alunos algarvios a produzir uma campanha de incentivo à poupança de água.



Medidas	Poupança de recursos hídricos gerada (m ³ /ano)	Ganho económico (€)	
Reutilização das águas da ETAR para rega de campos de golfe e espaços verdes públicos (objetivo até 2025)	1 500 000	*	Equivale ao consumo anual de 6600 famílias
Reduzir a pressão no sistema de abastecimento para baixar os consumos urbanos (objetivo até 2025)	1 637 432	771 231,00	Equivale ao consumo anual de 7 205 famílias
Melhoria de infraestruturas e tecnologias de gestão de rega (1.ª fase – executada)	40 000	18 840,00	Equivale ao consumo anual de 176 famílias

*Dado não disponível, por estar dependente do preço do m³ de água reciclada que vier a ser fixado

QUESTÕES AMBIENTAIS DERAM MOTE A CONCURSO DE FOTOGRAFIA DIGITAL

“Recuperação de Ecossistemas” (Tema A) e “Sustentabilidade e Água” (Tema B) foram os temas da iniciativa que juntou criatividade e ambiente. Das 117 fotografias a concurso, sete foram distinguidas pelo júri.

O Concurso de Fotografia Digital é organizado pela autarquia no âmbito da campanha de sensibilização ambiental “Lagos na Onda do Verão”, sendo os temas alinhados com os lemas do programa de educação para o desenvolvimento sustentável “Bandeira Azul”. Dada a sua atualidade e urgência na consciencialização comu-

nitária para estas problemáticas, a fragilidade dos ecossistemas e a situação de seca foram, nesta última edição, o ponto de partida para que os participantes dessem asas à sua imaginação, recolhendo as suas fotografias na área territorial de Lagos. A Barragem da Bravura, Ponta da Piedade, Odiáxere e as praias de Lagos foram alguns dos locais que mais se destacaram.

A cerimónia de entrega dos prémios decorreu no Auditório Paços do Concelho Séc. XXI no mês de dezembro, tendo sido ainda distinguida uma menção honrosa para o tema A.



1.º prémio Tema A - *Limpar o passado para garantir o futuro*
(Praia da Luz) - Rita da Mata Monteiro



2.º prémio Tema A - *Horizonte de fogo*
(Ponta da Piedade) - Pedro Miguel Viana Correia



3.º prémio Tema A - *Salve a abelha*
(Odiáxere) - Válder Manuel Ramos Simões



Menção honrosa Tema A - *Caça ao tesouro, versão eco*
(Meia Praia) - Grazyna Maria Kolanko



1.º prémio Tema B - Pulsar a Terra
(Barragem da Bravura) - Ana Margarida Simões Nobre Marreiros



2.º prémio Tema B - O Reflexo da apanha
(Vale da Lama) - Válder Manuel Ramos Simões



3.º prémio Tema B - Superfície
(Barragem da Bravura) - Maya Jesus Rieger

SELO CERTIFICA QUALIDADE DA ÁGUA

A Câmara de Lagos foi distinguida, pelo sexto ano consecutivo, com o selo “Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano”. A iniciativa, organizadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) em parceria com o jornal Água & Ambiente, premeia, anualmente, as entidades gestoras que mais se destacam pelo seu bom desempenho nos serviços de águas. A renovação desta distinção, que reconhece a qualidade de água para consumo humano distribuída no concelho de Lagos, confirma o cumprimento dos requisitos deste sistema de avaliação quantitativa e qualitativa de serviços.

O selo pondera indicadores como o número de análises realizadas para controlo da qualidade da água e o cumprimento dos valores paramétricos, entre outros, os quais permitem atestar que a água fornecida, apesar de todas as preocupações relativas à escassez deste bem vital, é segura, devendo ser consumida sem desperdício.





DESPORTO ESCOLAR LAGOS RECEBEU AS COMEMORAÇÕES DOS 10 ANOS DO PROJETO



Créditos das fotos: Direção-Geral da Educação

A fim de assinalar os 10 anos da criação do projeto “Centros de Formação Desportiva do Desporto Escolar (CFDDE)”, a Direção-Geral da Educação e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, com apoio da autarquia lacobrigense, promoveu nos dias 23 e 24 de novembro, em Lagos, o VII Encontro Nacional do Projeto.

Os participantes tiveram a oportunidade de testemunhar as evidências sobre a importância estratégica dos CFDDE que, ao longo do período da sua existência, têm assumido um papel vital na promoção da prá-

tica desportiva, contribuindo para a implementação de boas práticas de inclusão, valorização do ambiente, sustentabilidade e promoção da coesão territorial e social.

Na ocasião, foram assinados protocolos com cinco agrupamentos de escolas que passaram a integrar a rede nacional dos CFDDE, a qual conta agora com 78 centros, dos quais 64 são dedicados aos desportos náuticos (Vela, Remo, Canoa-gem e *Surfing*) e 14 a outras modalidades (Atletismo, Golfe e Natação). Foram ainda distinguidas as entidades e organizações parceiras que

mais contribuíram para o desenvolvimento deste projeto. As entidades convidadas tiveram a oportunidade de visitar as atividades dinamizadas pelos dois CFDDE de Lagos, a funcionar no AE Júlio Dantas (Vela) e no AE Gil Eanes (Surfing, que inclui a aprendizagem de Surf e de Stand Up Paddle), os quais contam com o apoio logístico e financeiro do município.

No ano letivo 2021/2022, estiveram envolvidos nas atividades de Desporto Escolar dos agrupamentos de Lagos um total de 705 alunos.



PÉ NO PEDAL JÁ ESTÁ A RODAR

“Pé no Pedal” é o nome da iniciativa municipal que está a pôr crianças e jovens a andar de bicicleta. O grande objetivo é fomentar a utilização da bicicleta junto do maior número de utilizadores, no sentido de desenvolver a mobilidade sustentável, regida pelos princípios da segurança individual e rodoviária, do civismo e do respeito pelo ambiente. O projeto surge também do reconhecimento da relevância da prática da atividade física no contexto escolar e seus benefícios para a saúde.

Suportado na parceria que junta Câmara Municipal de Lagos, Federação Portuguesa de Ciclismo (FPC) e os dois agrupamentos de escolas do concelho, o projeto foi para o terreno no ano letivo 2021/2022, tendo sido notícia em junho e setembro do ano passado, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Bicicleta e da Semana Europeia da Mobilidade, respetivamente.

Na data em que se assinalou pela primeira vez em Lagos o Dia Mundial da Bicicleta, a Câmara procedeu à entrega de bicicletas aos estabelecimentos escolares, tendo destinado

44 ao pré-escolar público e 160 às escolas do ensino básico. Estava garantido o recurso imprescindível ao desenvolvimento do “PÉ NO PEDAL”, um projeto municipal que pretende ensinar os alunos do 1.º ciclo a pedalar e sensibilizar os estudantes do 2.º ciclo para um uso continuado da bicicleta. Antes disso houve que capacitar os técnicos de desporto da autarquia, docentes e os técnicos dos clubes desportivos locais para o ensino do uso da bicicleta, através de ações de formação ministradas pela FPC. Dos preparativos fizeram igualmente parte a instalação, nas esco-



las, de abrigos para estacionamento das bicicletas e armazenamento do material de apoio a esta atividade.

Até essa data a autarquia já tinha investido no projeto cerca de 51 mil euros em bicicletas e respetivos acessórios, equipamentos de proteção e abrigos de madeira. Parte deste investimento foi participado, no âmbito da candidatura “Promoção do Uso de Bicicletas nas Escolas de Lagos”, pelo Fundo para o Serviço Público de Transportes. Para alargar o público-alvo do projeto e antecipar o contacto das crianças com a bicicleta, o município adquiriu igualmente bicicletas de equilíbrio para o pré-escolar e Kits de Laboratório Educativo do Programa Operacional “Pedalar no Pré-Escolar”, representando um investimento adicional de 15 400,00 euros.

Na Semana Europeia da Mobilidade, que decorreu sob o mote “Combina e move-te”, as bicicletas voltaram a ser estrelas das atividades promovidas em contexto escolar. Somaram-se as visitas guiadas, passeios pedestres e de bicicleta, gincanas e a gratuitidade de circulação nA ONDA. Tudo em prol da sustentabilidade ambiental e de uma vida mais saudável.



BOLSA DE ESTUDO MUNICIPAL UMA CENTENA DE ESTUDANTES VAI RECEBER ESTE APOIO

A Câmara Municipal voltou a atribuir apoios aos estudantes lacobrigenses que estão a frequentar o ensino superior.

O mais recente concurso registou 127 candidaturas, das quais 122 foram admitidas, prevendo-se a atribuição de, pelo menos, 100 bolsas. A maior parte são determinadas pelo critério exclusivamente económico, cuja atribuição é de carácter universal, não estando sujeita a um número limite previamente fixado. Um segundo lote são as chamadas bolsas de mérito, atribuídas aos candidatos que, tendo rendimentos *per capita* um pouco superiores, se evidenciam pelos resultados escolares. O regulamento

prevê a atribuição de dez bolsas de mérito, mas por proposta do júri e deliberação municipal, este número pode ser ampliado. Foi o que aconteceu neste concurso, com a aprovação de mais oito bolsas, o que faz com que o investimento na qualificação e no futuro dos jovens de Lagos se traduza num encargo anual de 275 mil euros.

O município decidiu, também, ao abrigo da renovação do programa Lagos Apoia, rever o montante das bolsas atribuídas, que passa a ter um valor fixo de 250,00€/mês (durante 10 meses), permitindo a acumulação com eventuais apoios da Direção Geral do Ensino Superior.





REFEITÓRIOS ESCOLARES INTERNALIZAÇÃO DO SERVIÇO REFORÇA QUALIDADE

Com a aceitação das novas responsabilidades em matéria de Educação, o município passou a ter a seu cargo a gestão de todos os refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino público do concelho, abrangendo o pré-escolar e os ensinos básico e secundário, competência

que assegura em articulação com os agrupamentos. Mas a mudança com impacto mais relevante é o facto de, este ano letivo, os refeitórios do pré-escolar e 1.º Ciclo estarem a funcionar, pela primeira vez, sem recorrer à contratação de empresas e serviços externos, uma vez que a Câmara

Municipal, no sentido de elevar o patamar de qualidade das refeições escolares servidas, decidiu internalizar esta atividade, reforçando o quadro de recursos humanos do pessoal não docente com a contratação de mais assistentes operacionais da área alimentar.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A JUVENTUDE

No âmbito do Ano Europeu da Juventude, assinalado em 2022, a Câmara de Lagos deu início à elaboração do Plano Estratégico para a Juventude (PEJ). A iniciativa tem como pressuposto a valorização dos direitos e da voz dos jovens, demonstrando a importância de os envolver e criando oportunidades para que estes participem ativamente no desenvolvimento da estratégia municipal para a juventude.

Sendo esta área transversal a todos os setores da sociedade, a autarquia decidiu envolver os vários intervenientes relevantes para

este setor, incluindo as organizações que trabalham com e para a juventude, para que todos tenham um papel ativo e participativo, não apenas durante a implementação do plano, mas, a montante, também na sua construção.

A primeira fase do processo decorreu com a consulta aos jovens (faixa etária dos 15 aos 30 anos) e às organizações, realizada através de sessões presenciais, mas também por via de questionários *online*, os quais irão permitir identificar as áreas e medidas consideradas mais importantes ao nível da Educação e Formação, Emprego e Empreendedorismo, Cultura e Turismo, Desporto e Lazer, Saúde e Prevenção da Doença, Mobilidade e Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Regenerativo e Habitação Jovem.

Pretende-se que o Plano Estratégico para a Juventude (2023-2027) seja o documento orientador da política global do município para a juventude e, simultaneamente, um instrumento de promoção da inovação, criatividade e empreendedorismo que permita responder aos desafios que se colocam aos jovens, ajudando-os a construir um futuro melhor, mais ecológico, mais inclusivo e digital.

Pretende-se que o Plano Estratégico para a Juventude (2023-2027) seja o documento orientador da política global do município para a juventude e, simultaneamente, um instrumento de promoção da inovação, criatividade e empreendedorismo que permita responder aos desafios que se colocam aos jovens, ajudando-os a construir um futuro melhor, mais ecológico, mais inclusivo e digital.



ANDRÉ GUERRA DOS SANTOS, ARGUMENTISTA

As letras do alfabeto têm sido usadas para classificar as gerações, associando-as a épocas e atribuindo-lhes traços comportamentais distintivos, numa simplificação – porventura excessiva – da sua caracterização. O “Y” é habitualmente aplicado aos nascidos nos anos 80 e até meados da década de 90, também conhecidos como “*millenials*”, enquanto o “Z” designa os jovens nascidos após essa data e até 2010. Independentemente do maior ou menor consenso existente em torno desses marcos cronológicos e dos estereótipos a eles associados, escolhemos este título para uma nova rubrica dedicada aos jovens lacobrigenses que estão a seguir os seus sonhos, evidenciando-se nas mais variadas áreas de atividade, provando que não há gerações melhores ou piores, apenas diferentes e com novas formas de estar e encarar o mundo, também ele em constante mudança.

Inauguramos esta secção com André Guerra dos Santos, autor do argumento do filme “A FADA DO LAR” (realizado por João Maia e

produzido por Tino Navarro), que esteve recentemente em exibição nas salas de cinema portuguesas. Em Lagos, onde a película foi bas-

tante acarinhada pelo público, houve mesmo, na véspera do Dia do Município, uma sessão especial com a presença do realizador e, como não podia deixar de ser, do argumentista.

Passados esses momentos de emoções fortes, lançámos o desafio ao André, que, apesar de embrenhado num outro trabalho, prontamente aceitou o nosso convite. O Centro Cultural, espaço muito especial do seu percurso formativo, foi o palco de uma agradável conversa, ou não fosse o André um exímio contador de histórias.

Os primeiros passos

O tom da minibiografia, escrita pelo próprio, serve de cartão-de-visita, revelando, em poucas palavras - onde não faltam humor e ironia -, os interesses e a autenticidade do autor.

Tudo começou no 7.º ano de escolaridade com a sua participação numa peça de teatro que assinalou, à época, os 25 anos da EB 2, 3 n.º 1 de Lagos. Seguiu-se o contacto com a Sétima Arte, através do “Programa JCE – Juventude/Cinema/Escola”, implementado na região pela professora Graça Lobo – recentemente falecida -, que o despertou para esta linguagem artística. Igualmente determinantes para o caminho que viria a trilhar foram, segundo nos revela, as aulas de teatro que frequentou com o Prof. Duval Pestana (que dá nome ao auditório do Centro Cultural de Lagos) e, anos mais tarde, o projeto “Faz de Conta Gil” do Agrupamento de Escolas Gil Eanes. Antes desta última experiência já André tinha feito, ainda em Lagos, na antiga Escola Gil Eanes, um *workshop* de escrita de guiões com o realizador e cineasta António Pedro Vasconcelos, a quem se refere como

“André Guerra dos Santos, nascido em Lagos a 13 de novembro de 1990, é autor de diversos guiões dentro da gaveta e alguns fora dela. Depois de estudar representação, psicologia, e realização, rendeu-se ao ofício da escrita, escravizado por uma força criativa que desde tenra idade lhe sussurra ao ouvido: «Torna gráficas as palavras que te dito». Vive no Algarve por vocação e em Lisboa por obrigação. Nas horas vagas, gosta de caminhar para compensar o tempo que passa sentado (a escrever), ver casas caríssimas que jamais comprará e coscuvilhar sobre a vida alheia que, tal como a sua, lhe serve de inspiração.”



o seu grande mentor na escrita de argumentos. Quando termina o secundário, decide fazer um ano sabático, algo então ainda incomum, dedicando essa paragem inteiramente à escrita. «Escrevi durante esse ano uma série de dez episódios, com 50 páginas por episódio», recorda. Do seu percurso formativo destaca o curso de realização que fez na ETIC – Algarve, que lhe deu boas bases, e o ano passado em Lisboa, na escola de atores dirigida por Patrícia Vasconcelos, para onde rumou impulsionado pelo desejo de concretizar uma carreira no cinema, mas sem nunca deixar de escrever.

Recordamos o excelente desempenho nas personagens a que deu corpo nas peças de teatro do projeto “Faz de Conta Gil” para percebermos o que teria feito pesar a balança mais para a escrita e menos para a representação, curiosidade a que André responde revelando que não tinha qualquer interesse em fazer os papéis que lhe atribuíam de um jovem de 20 anos, esperando que um dia, com mais idade, possa vir a ter oportunidade de fazer as personagens de que gosta, todas elas mais velhas. Por outro lado, a representação também implicava residir a maior parte do tempo em Lisboa, o que ia contra a sua vocação «que é viver no Algarve», embora reconheça que há coisas que perde vivendo em Lagos: «podia ter uma rede e uma maior lista de contactos». Quanto à versatilidade e capacidade de encarnar as personagens, André revela que, contrariamente ao que se possa pensar, não é extrovertido e que essa imagem «é uma construção para superar a timidez crónica».

Os dez anos de colaboração com o

“Faz de Conta Gil” ajudaram-no a desenvolver os *timings* de comédia, pois – explica – «a reação e o riso do público fazem parte do espetáculo». O contacto com os «miúdos», muitos deles apenas três anos mais novos do que ele próprio – acrescenta – ensinaram-lhe tudo o que sabe em matéria de direção de atores, sendo que alguns também seguiram a representação, o que muito o orgulha. Dessa fase, recorda, igualmente, com grande carinho as muitas amizades feitas no Centro Cultural de Lagos e os momentos agradáveis passados nesta sala de espetáculos, que considerava ser a sua casa-mãe.

O filme de estreia

O filme “A FADA DO LAR”, que foi a sua grande estreia, conta-nos a história de uma mãe solteira com duas crianças que se vê obrigada a ter dois trabalhos para garantir o sustento dos filhos (um diurno como caixa de supermercado e um fora de horas como *stripper* num bar), acabando, na sequência da agressão a um cliente, por ser condenada e obrigada a prestar serviço comunitário num lar de idosos.

Até o filme chegar às salas de cinema um árduo caminho teve de ser percorrido. O guião partiu da sua ideia original e a primeira versão foi escrita em apenas cinco dias, com noites mal dormidas e um processo intensamente vivido, que o levaram a rir à gargalhada ou a chorar enquanto escrevia. «Depois foram cinco anos e 15 versões», tempo necessário para conseguir “vender” a ideia e moldar o argumento ao gosto de quem o iria produzir e realizar. Com a rodagem do filme programada para arrancar

em abril de 2020, chega a pandemia e tudo fica adiado. O tempo passa e, a dada altura, André chega a temer o pior: o abandono do projeto. Lembra, comovido, esse período especialmente difícil, de espera dolorosíssima e de desesperança, para logo a seguir ironizar, acrescentando ter sido uma das raras pessoas que teve «um *burnout* não por excesso de trabalho, mas por falta dele». Recorda, também, as circunstâncias exigentes em que a rodagem foi feita, num lar de idosos, limitando a dimensão das equipas presentes e impondo um controlo muito apertado relativamente às regras sanitárias, com testagem constante e outros cuidados. Acabaria por só assistir a dois dias de rodagem do filme, o que não o impediu de ter um contacto mais próximo com os assistentes de produção, maquilhadores, cabeleireiros e toda a equipa que trabalha antes das gravações propriamente ditas, com a qual tem especial empatia, uma vez que se sente «mais artesão do que artista». Sobre a história do filme e as suas personagens, revela que a sua inspiração vem da observação, de «ver as pessoas do mundo real, que fazem a travessia de barco para Lisboa, o taxista, a senhora do café ou as pessoas de Lagos». Declarando-se, igualmente, atraído pela criação de personagens marginais, descreve as personagens idosas do seu argumento como tal: «Numa sociedade que se quer produtiva, um velho é um marginal, é um peso que não produz». O mesmo, no entendimento do autor, se aplica a Vera, personagem principal, por causa das suas opções de vida, do seu gosto e estilo de se apresentar. Em comum, têm a mesma vontade de ali estar (no Lar) que é “zero”. Quando



a antestreia aconteceu, no Cinema São Jorge, em Lisboa, já André tinha conquistado um grande distanciamento emocional relativamente à sua obra, uma vez que não pegava no argumento desde 2020, mas a emoção não deixou de acontecer. Mais do que a presença de atores consagrados ou o *glamour* do meio artístico, a sua maior felicidade foi ver a felicidade no rosto dos outros, em particular dos pais, que sempre o apoiaram e foram os seus grandes patrocinadores, assim como as professoras Ana Albuquerque e Carla Glória, para além de vários amigos, que acreditaram nele sem questionar. «Essa noite só foi especial porque estavam lá essas pessoas», sublinha.

Confessa, também, que o maior elogio recebido sobre “A Fada do Lar” foi dizerem-lhe «estava a ver o filme e estava a ouvir-te», acrescentando que «isso podia não ter acontecido, uma vez que, ao contrário de um livro, o guião é uma obra inacabada, que só fica completa com a visão do produtor e do realizador, o trabalho dos atores, entre tantos outros intervenientes».

E agora?

A visibilidade e exposição pública dadas pelo filme ao seu trabalho fizeram atenuar o que diz ser a «síndrome do farsante ou do impostor». Agora quando lhes perguntam a profissão, a si ou aos pais, já podem dizer que é argumentista. Uma condição que não lhe subiu à cabeça, pois, ao contrário do que se possa pensar, este trabalho e a carreira de argumentista, por enquanto, ainda não lhe permitem a de-

sejada independência financeira. Voltou no seu carro de gama económica para casa dos pais, onde continua a viver. Atendendo à reduzida dimensão do mercado português, está ciente e tranquilo com a opção de escrever para telenovelas, se disso depender para ter um trabalho em contínuo. André tem também consciência de que o seu caso é muito invulgar, pois «o mais habitual é o produtor chamar o argumentista para escrever sobre ideias de outros ou adaptar livros e histórias que já existem», situação que, de resto, considera mais

difícil e trabalhosa do que a de trabalhar as suas ideias originais. Questionado sobre o que o ocupa no presente e projetos para o futuro, André revela-nos que escreveu o argumento (uma adaptação) para um filme sobre a guerra colonial e está a escrever uma série televisiva, não sabendo quando irá a mesma para o ar. Ambicionando por uma oportunidade de retratar, nos seus argumentos, o Algarve e Lagos, diz ter na sua gaveta muitas histórias guardadas à espera de uma oportunidade para serem contadas.

PERFIL

Idade: 32 anos

Natural de Bensafrim (Lagos)

Livro/escritor: “O Retrato de Dorian Gray” de Oscar Wilde.

Filme/realizador: Billy Wilder, realizador e argumentista que passou pela tragédia de perder a família no holocausto, mas nunca perdeu a oportunidade de fazer rir, e Woody Allen (escritor, cineasta, ator), pessoas que oscilam entre o drama e a comédia.

Música: De gosto eclético, ouve Jazz, Blues e Bossa Nova (ex. Nina Simone e Tom Jobim).

Prato: Amêijoas à Bulhão Pato com pão de Marmeleite.

Qualidade/virtude: Curiosidade, que considera mais importante do que a inteligência.

Defeito: Ser pouco ousado, ter receio do que escapa ao conhecido.

Verbo que se lhe aplica: “Estar” (em vez de “ir”).

Vê-se como: Um pessimista persistente (que considera ser lucidez).

O que mais aprecia nos outros: Bondade.

Local onde gostaria de ir e ainda não teve oportunidade: A futura casa própria.

Alcunha entre amigos: O Velho.

Para escrever precisa de: Chá preto, uma cadeira confortável e silêncio (“escrever não é difícil, o difícil é chegarmos à cadeira”).

Fatores de sucesso: Sorte, trabalho e persistência (“a sorte, quando acontece, tem de encontrar-nos preparados”).

Lema de vida: Deseja tudo, espera pouco e não peças nada.

Conselho aos jovens: Desistir é um bom princípio. Se, ao desistirem, perceberem que não conseguem viver assim, é porque precisam de continuar a tentar concretizar os vossos sonhos.



ARTE URBANA CHEGOU AO BAIRRO DOS MOINHOS

O Bairro dos Moinhos foi a fonte de inspiração e, simultaneamente, a tela para a criação do artista André NADA, que aqui deixou um dos seus mais recentes trabalhos intitulado “Puto do Bairro”.

O processo de criação do mural contou com o envolvimento dos

moradores, que foram convidados a participar na Assembleia Comunitária realizada para o efeito.

O mural “Puto do Bairro” foi realizado no âmbito do ARTURb’22, um projeto dinamizado pelo LAC – Laboratório de Atividades Criativas e financiado pela Direção-Geral das

Artes e pelo município de Lagos, que contou com o apoio da CIN e do Teatro Experimental de Lagos.

Em face desta boa experiência ficou a vontade de dar continuidade ao projeto, fazendo chegar a arte urbana a outras urbanizações municipais.



NOVO CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

A Câmara Municipal e o MAPS – Movimento de Apoio à Problemática da Sida juntaram meios e vontades para, em parceria, criarem um centro de acolhimento/alojamento temporário destinado a pessoas em situação de elevada vulnerabilidade social. Requerentes de proteção internacional, como é o caso dos refugiados da guerra da Ucrânia que procuram acolhimento neste concelho, pessoas em situação de sem-abrigo, vítimas de violência e outras situações de emergência social são os destinatários desta nova resposta.

Para a concretização desta nova resposta social, o município cedeu ao

MAPS um edifício escolar desativado, atribuindo-lhe, ademais, o apoio financeiro para as obras de adaptação, respetivo apetrechamento, manutenção e funcionamento.

O projeto engloba, não só o espaço de alojamento, que poderá receber nove agregados familiares, mas também o apoio de uma equipa técnica multidisciplinar com experiência na gestão deste tipo de estruturas.

Criar um alojamento seguro que promova o equilíbrio físico e emocional o mais aproximado de um ambiente familiar, garantir necessidades básicas, apoiar na ligação aos serviços da comunidade, incentivar

a construção de projetos individuais de intervenção, promovendo aptidões e competências pessoais, profissionais e sociais adequadas a cada pessoa, são algumas das valências desta casa.

Sobre o MAPS

Membro da Rede Social de Lagos, o MAPS é uma instituição com larga experiência, destacando-se pelo trabalho desenvolvido no âmbito do alojamento em situações de emergência social, de que são exemplo o projeto TMN (residência partilhada que está a funcionar desde junho de 2021 na cidade de Lagos) e o projeto LEGOS.

LAGOS APOIA 2023 MEDIDAS DE ÂMBITO SOCIAL

A Câmara aprovou um conjunto de medidas extraordinárias de apoio social enquadradas na renovação do “Lagos Apoia”. Lançado em 2020 para mitigar o impacto da pandemia, o programa foi renovado devido à conjuntura socioeconómica agravada pela guerra na Ucrânia, pela crise energética e subida da inflação.

Para ajudar as famílias a fazer face ao aumento do custo de vida, foram

prorrogadas até ao final de 2023 medidas como: o alargamento dos critérios de acesso a apoios sociais, o que permite abranger mais agregados familiares; a isenção do pagamento de rendas municipais e a manutenção do alargamento das condições de acesso para apoio ao arrendamento privado, até à entrada em vigor do novo Regulamento Municipal de Apoio ao Acesso à Habitação; e a

distribuição de refeições à população em situação de sem-abrigo.

O pacote completo de medidas do Lagos Apoia 2023, incluindo os apoios à Educação, Cultura e Desporto, a vertente fiscal e os benefícios destinados às empresas e instituições locais, representa um valor estimado de 5,5 milhões de euros que irão reverter a favor da população e das entidades beneficiárias.



FOTOGRAFA-ME!

O concurso de fotografia digital “Lagos Cidade” que o município está a promover quer mobilizar os cidadãos para a capacidade de observação de uma cidade que celebra 450 anos de história. Os seus aspetos permanentes ou transitórios, a sua paisagem, as manifestações do seu património histórico e cultural ou a sua luz

e cor são, são alguns dos muitos temas que podem ser registados fotograficamente e apresentados como forma de celebrar esta efeméride.

Todos podem participar, à exceção dos membros do júri e das unidades orgânicas da Câmara Municipal de Lagos envolvidas no evento, com um máximo

de três fotografias, a entregar até ao dia 15 de junho de 2023. Os trabalhos selecionados serão exibidos publicamente na edição de 2023 da Feira Concurso Arte Doce e aos autores das três primeiras fotos classificadas serão atribuídos prémios monetários. Consulte as normas do concurso e aceite o desafio!



D. SEBASTIÃO MARCOU ARRANQUE DAS COMEMORAÇÕES DOS 450 ANOS DA ELEVAÇÃO DE LAGOS A CIDADE

Entre espetáculos, conferências, inauguração de exposições e até uma visita guiada, o rei português foi uma das figuras de destaque do arranque das celebrações que se irão prolongar por todo o ano.



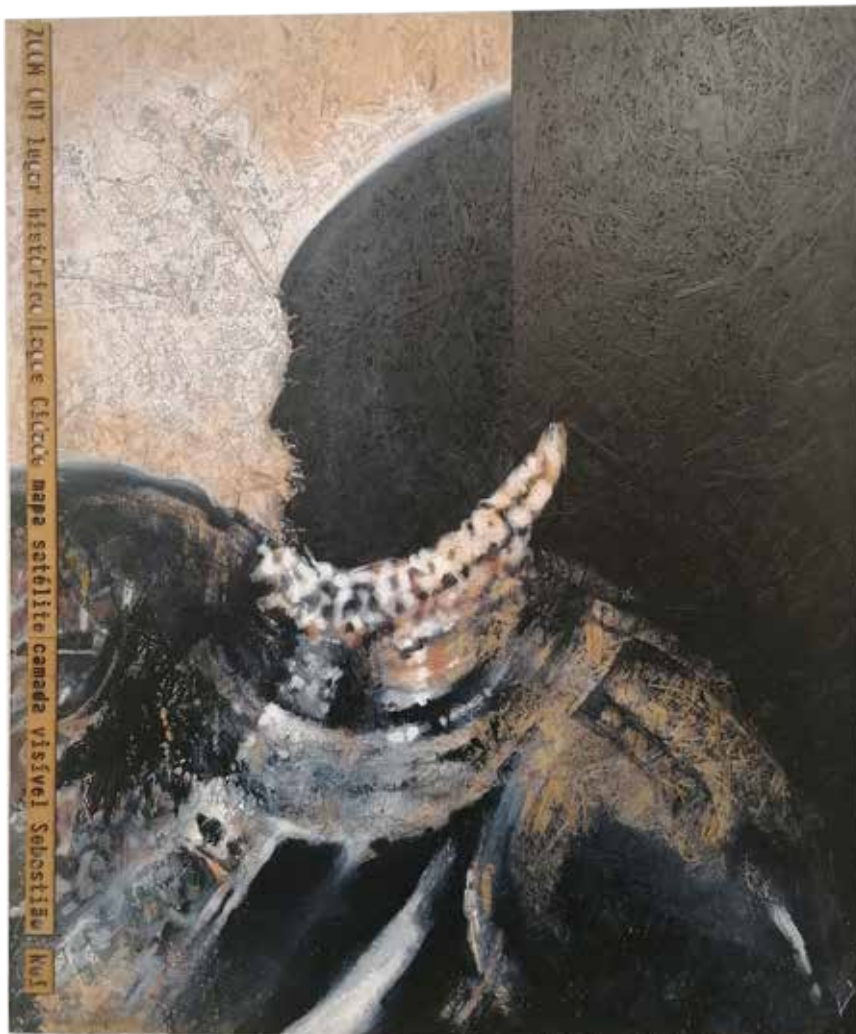
Exposição "Passo a Passo" de A. Pedro Correia

Não houve direito ao mítico nevoeiro e chegada num cavalo branco, mas o jovem monarca, responsável pela Elevação de Lagos a Cidade em 1573, esteve sempre presente de alguma forma nas várias atividades realizadas nos dias 27, 28 e 29 de janeiro. Por entre os espetáculos, visita guiada pelo centro histórico, missa de homenagem e Circuito de Atletismo, a tarde de dia 28 ficou marcada pelas várias perspetivas desta emblemática figura da História de Portugal. Com abertura pelo presidente da Câmara Municipal de Lagos e moderação pelo historiador José António Martins, as conferências no Centro Cultural de Lagos começaram com "D. Sebastião e o Sebastianismo: O mito morreu ou está só a dormir?", por An-

dré Belo, autor e especialista do tema, onde se refletiu sobre as origens dos vários mitos em contraponto a todos os factos históricos devidamente comprovados e documentados. Já o escultor João Duarte lembrou o percurso do artista João Cutileiro, sendo uma das suas mais importantes obras a estátua a el-rei D. Sebastião na Praça Gil Eanes, que celebra este ano 50 anos. João Duarte apresentou ainda a medalha comemorativa alusiva a ambas as efemérides. Na mesma tarde, teve também lugar a inauguração das exposições "Passo a Passo", de A. Pedro Correia, e "D. Sebastião na História de Lagos", resultante do concurso de pintura lançado no final de 2022. Entre as obras dos vinte e oito artistas participantes,

foram anunciados como vencedores Neusa Negrão (Zoom Out – 1.º lugar), Peter Jones (Encontro num dia de nevoeiro #2 – 2.º lugar) e Doris Gaspartic (Sebastião, o Rei Adormecido – 3.º lugar), assim como menções honrosas para Gabriel Dirr (Ausentes e os Presentes), Gonçalo Cabral (O Regressado) e Nélia Duarte (Linha do tempo de D. Sebastião). Ambas as exposições estarão patentes no Centro Cultural de Lagos até 6 de maio (3.ª a sábado, 10h00-18h00).

As comemorações dos 450 anos da Elevação de Lagos a Cidade irão marcar vários eventos ao longo de 2023, como o XI Festival dos Descobrimentos (4 a 7 de maio), XXXIV Feira Concurso Arte Doce (26 a 30 de julho), Feira do Livro de Lagos (5 a 15 de agosto) e 21.º Circuito de Atletismo “Cidade de Lagos” (até 6 de agosto), havendo ainda espaço para os concursos de fotografia “Lagos Cidade” (ver destaque) e de escultura “Lagos Eterna”.



O 1.º Prémio do Concurso de Pintura foi atribuído ao trabalho de Neusa Negrão

CENTRO CULTURAL DE LAGOS VAI SER INTERVENCIONADO

Iniciando o ano com uma ampla oferta de programação, o Centro Cultural de Lagos deverá encerrar temporariamente portas a partir de maio para receber obras de reabilitação e manutenção.

Com uma duração prevista de cinco meses, a intervenção visa dar resposta às recomendações da Inspeção-Geral das Atividades Culturais em matéria do sistema de segurança contra risco de incêndio, o que obri-

ga a algumas alterações no auditório, aproveitando-se esta ocasião para realizar outros melhoramentos determinados pela avaliação global do edifício.

De modo a tornar o Centro Cultural numa sala de espetáculos mais moderna, a Câmara tem prevista uma segunda fase de intervenção, a lançar possivelmente no ano seguinte, no âmbito da qual a antiga zona de cafetaria, situada no piso térreo e a

funcionar atualmente como sala de exposições, será transformada em camarim e criado um acesso para que os artistas com mobilidade condicionada ou reduzida possam aceder ao palco. A substituição integral do palco e a renovação do sistema de som, para que a sala possa acompanhar as exigências técnicas cada vez mais complexas das produções apresentadas, é outra das vertentes desse investimento.

João Cutileiro lavando a estátua uns dias antes da sua apresentação pública, fotograma do filme 'O Encoberto' de Fernando Lopes



A INAUGURAÇÃO QUE NÃO ACONTECEU

*Por Francisco Castelo**

***Técnico Superior - Fototeca Municipal**

Nota: o autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

1) Visita do Presidente da República a Lagos - RTP arquivos - consulta em linha em 10.10.2022 em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chefe-de-estado-visita-lagos/>
2) 4º centenário de elevação da cidade de Lagos - RTP arquivos - consulta em linha em 10.10.2022 em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/4o-centenario-de-elevacao-da-cidade-de-lagos/>
3) O NOSSO JORNAL, edição mensal de Setembro de 1973, consultado no Centro de Documentação do Museu de Lagos

Celebrámos no dia 27 de Janeiro os 450 anos de elevação de Lagos a cidade, no mesmo ano em que a estátua de D. Sebastião, patente na Praça Gil Eanes, completa 50 anos de existência. Para além da estátua, João Cutileiro foi ainda o autor de uma medalha alusiva aos 400 anos da cidade. Aspecto insólito, o facto de a estátua não ter sido inaugurada no âmbito das comemorações que se iniciaram a 27 de Maio e terminaram em 27 de Outubro de 1973.

A estátua a El-Rei D. Sebastião foi apresentada aos lacobrigenses no dia 18 de Setembro de 1973, mas a sua inauguração não constou no programa da visita do Presidente

da República que a RTP noticiou presidindo às comemorações do IV Centenário da Elevação de Lagos a Cidade¹, embora as comemorações se tenham iniciado em Maio². Portanto, não foi inaugurada, mas terá sido revelada na manhã desse dia, ainda que não conste ter sido uma manhã de nevoeiro.

Considerando que nas vésperas da agendada visita presidencial ao Algarve, os jornais locais davam conta desse evento e referenciavam a prevista inauguração da estátua de D. Sebastião³ interrogamo-nos acerca do que terá acontecido para que o monumento não fosse inaugurado pelo mais alto magistrado da nação.



Já a reportagem do Jornal de Lagos⁴ à visita presidencial do dia 18 de Setembro refere a existência dessa nova peça da arte pública local, mas nada diz sobre a sua apresentação formal. E a reportagem da RTP, desse mesmo dia, também não se detém um segundo na estátua, mostrando-a, fugazmente, na panorâmica que dá conta da multidão que enche a Praça Gil Eanes.

Consultada a Proposta⁵ do Governo Civil de Faro para o Programa da Visita do Presidente da República ao Algarve, entre 15 e 18 de Setembro de 1973, que aquele organismo distrital produziu, verifica-se que a inauguração da estátua não consta no programa, como também não constava a visita ao Hotel de Lagos

que recentemente ampliara as instalações, visita que aparece naquela proposta em redacção manuscrita aposta posteriormente.

Seguramente, não terá partido da edilidade, presidida pelo Dr. José Joaquim Figueiredo Luís, essa omissão relativa à inauguração da estátua porque a Câmara Municipal havia apreciado a maquete e a explicação da mesma a que o autor procedeu, presencialmente, na sessão de 6 de Julho de 1972⁶ e concordara unanimemente com a proposta apresentada.

Consequentemente, presume-se que a decisão de não inaugurar a estátua teve origem no serviço do Protocolo da Presidência da República, provavelmente por enten-

4) 'O Jornal de Lagos' de 10 de Outubro de 1973 - arquivo privado do autor

5) 'Programa da Visita do Presidente da República ao Algarve' - Arquivo Histórico da Presidência da República Portuguesa, consultado em 13/10/2022

6) Arquivo Municipal de Lagos (AMLGS) - Acta da sessão de 6 de Julho de 1972. Livro de Actas da Câmara Municipal de Lagos. Liv. N.º 30.

Em baixo:

A Praça Gil Eanes repleta no dia 18 de Setembro de 1973, in RAMPA, semanário algarvio, N.º 28 ANO III, Lagos, 29 Outubro de 1973





Postal ilustrado dos anos 70, colecção de Joaquim Paleta Marreiros

derem tratar-se de uma obra que feria os cânones da representação iconográfica das figuras históricas.

Procurando desmobilizar o ímpeto censório do regime sobre a polémica escultura, o crítico e historiador de arte José Augusto-França teceu nas páginas da revista *Colóquio Artes* um extenso preito laudatório que sublinhava o regresso à liberdade da forma, que esta peça escultórica operava na arte portuguesa. Nas suas palavras: “... uma notável obra de estatuária contemporânea – não só em Portugal. E, no nosso país, a quebra duma triste tradição de academismo ‘modernizado’. Lagos pode estar orgulhoso de ter uma das melhores estátuas de Portugal - e a mais moderna de todas.”⁷

A crítica popular local à estética da peça esmoreceu com o de-

correr do tempo e a mudança de mentalidades, e a cidade e os seus habitantes acabaram por aceitar a ‘problemática’ escultura, talvez por nela reconhecerem a ‘problemática’ personalidade que ela evoca. Permaneceu, no entanto, a crítica de alguns acerca da pretensa divergência entre as peças escultóricas e os locais onde foram implantadas, não concordando que a estátua de D. Sebastião esteja na Praça Gil Eanes e a estátua de Gil Eanes esteja no Jardim da Constituição; como se tudo na vida tivesse de obedecer a uma obsessiva arrumação.

Agradecimentos aos vários colaboradores que prestaram depoimentos ou indicaram fontes para consulta, e em particular a Cristiano Cerol, Joaquim Paleta Marreiros, Maria Helena Simão, Maria João Cerol e Marta Nogueira.

7) FRANÇA J. A. ‘O Dom Sebastião de João Cutileiro’, *Colóquio Artes* N.º 14, 2ª Série, Out. 1973, págs. 41 a 44 - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1973

ADRA

A ASSOCIAÇÃO QUE NASCEU PARA PRESERVAR E PROMOVER A DOÇARIA REGIONAL

É uma das mais recentes associações de Lagos. Criada a 12 de abril de 2022, a ADRA - Associação de Doces Regionais do Algarve surgiu da vontade de preservar a doçaria regional, enquanto arte tradicional, produto e atividade económica, apostando na sua valorização e promoção. A sua constituição foi, igualmente, impulsionada pela necessidade de existência de uma entidade que desse força ao setor e representasse os produtores locais no processo de certificação do Dom Rodrigo, projeto em que a Câmara Municipal se tem empenhado.

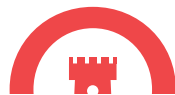
Segundo os estatutos, a ADRA tem como finalidade “a promoção, demonstração e divulgação dos doces regionais com origem e produzidos no Algarve, que conduza ao aumento da competitividade dos seus associados, bem como à defesa e representação dos seus interesses junto de todas as entidades, públicas ou privadas, de âmbito nacional ou internacional”. Esta associação está também responsável pela gestão do Caderno de Especificações do Dom Rodrigo, reconhecido como doce regional do Algarve.

Dos seus órgãos fazem parte maiori-

tariamente doceiras, sendo a Direção presidida por Maria Eugénia Militão, que conta com a ajuda de Maria José Costa do Nascimento (Secretária) e Elisete Clara Gomes Machado (Tesoureira). No primeiro ano de atividade, a ADRA conseguiu, com o apoio do município, marcar presença na Feira Concurso Arte Doce, na Feira da Dieta Mediterrânica (Tavira) e, fora da região, na Feira Nacional de Doçaria Tradicional realizada em Abrantes. Incentivada pelo bom acolhimento recebido e pela visibilidade que estas presenças permitiram dar à nossa doçaria regional, a ADRA ambiciona

Participação na Feira Nacional de Doçaria Tradicional (Abrantes)





em 2023 estar presente em vários eventos de âmbito regional e nacional. A participação nos certames de doçaria que acontecem na região algarvia tem como objetivo divulgar a associação e fazer crescer a sua representatividade, através do aumento do número de associados, que atualmente rondam as duas dezenas, maioritariamente produtoras de Lagos, mas também dos concelhos de Aljezur, Vila do Bispo e Portimão. Os sócios não produtores, como é o caso dos estabelecimentos comerciais, também são bem-vindos no seio desta estrutura associativa.

Um espaço físico destinado à instalação da sede é, a par da presença em feiras, uma das condições que, no entender da direção, irá ajudar ao crescimento da associação e à sua afirmação, permitindo-lhe, igualmente, desenvolver a componente da formação.

Relativamente ao processo de certificação do Dom Rodrigo, a ADRA espera concluir o respetivo Caderno de Especificações e, com base no conhecimento e experiência adquiridos, encetar novos desafios de certificação. Encarada como uma garantia de qualidade, a certificação pode abrir portas à afirmação da doçaria regional em novas áreas de negócio até agora pouco exploradas, como a hotelaria e a restauração, muito embora, afirmem, com conhecimento de causa, que o doce regional já vai figurando com mais frequência nas cartas de sobremesas dos restaurantes, designadamente nos menus para grupos turísticos que, em visita a Lagos e ao Algarve, procuram degustar sabores genuínos. As demonstrações de *showcooking* constituem outra das vertentes deste trabalho de promoção e valorização.

O que significa a certificação com a denominação IGP?

Entende-se por IGP uma denominação que identifique um produto originário de um local ou região determinados, (ou de um país), que possua determinada qualidade, reputação ou outras características que possam ser essencialmente atribuídas à sua origem geográfica e em relação ao qual pelo menos uma das fases de produção tenha lugar na área geográfica delimitada.

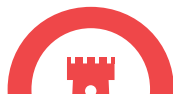
A atribuição deste selo corresponde a uma certificação comunitária de produtos tradicionais que está enquadrada por regulamentação da União Europeia, legislação nacional e outros instrumentos de proteção.

Fonte: <https://tradicional.dgadr.gov.pt>

ADRA – Associação de Doces Regionais do Algarve
Contacto: adra.direcao@gmail.com



Demonstração da confeção de Doce Fino realizada na última edição da Feira Concurso Arte Doce



Subsídios para a História de Lagos - 11

REVIVER O COMÉRCIO LOCAL DE LAGOS NOS ANOS 40 E 50: AS TABERNAS

por *Marta Nogueira* *

Nos anos 40 e 50, a Câmara Municipal de Lagos atribuiu 88 alvarás sanitários para a exploração de estabelecimentos de taberna¹: 36 alvarás concedidos nos anos 40 e 52 alvarás concedidos nos anos 50. Estes números são-nos fornecidos pela série documental *Licenciamento de estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos – Alvarás sanitários*². São números elevados e, por isso, significativos, que não incluem algumas tabernas que estariam já em funcionamento.³ Comparativamente com o número de cafés, cervejarias e restaurantes, o número de tabernas era elevado.⁴ Certamente algumas destas tabernas estarão ainda na memória de alguns. O que permanece? Os alvarás sanitários eram solicitados em cumprimento da Portaria 6065 de 30 de março de 1929, onde o capítulo V identifica os requisitos e tramitação do processo de licenciamento das tabernas, com foco na questão sanitária. O mesmo enquadra as tabernas no grupo de estabelecimentos de 3.ª classe ou seja, “(...) que podem

ficar em qualquer local, desde que reúnam as necessárias condições de protecção e higiene.”⁵

A taberna era o estabelecimento onde predominantemente se vendia vinho e seus derivados “a retalho” ou “venda a copo”, localizada maioritariamente nos “baixos de uma casa” ou “casa térrea”⁶, interdita a menores de 15 anos sob pena de multa ou prisão do taberneiro⁷ e de frequência maioritariamente masculina.⁸ Tinha também uma importância subjacente à do produto que vendia: o decreto 15602 de 18 de junho de 1928 alterou favoravelmente algumas disposições da lei 1547 de 26 de fevereiro de 1924, nomeadamente quanto a critérios para abertura de novas tabernas, “considerando que num país vinícola, como o nosso, se não devem estabelecer dificuldades ao consumo regular do seu principal produto agrícola.”⁹

Mas a taberna teve também a sua relevância ou consequência social. Em 24 de maio de 1950, o decreto 37837 restringia o horário de funcionamen-

* **Técnica Superior – Arquivo Municipal**

1) Para a realização deste artigo foram apenas consideradas as freguesias de Sta. Maria e de S. Sebastião (S. Gonçalo de Lagos).

2) AMLGS/CM. Cota: AH-E106/P4.

3) A título de exemplo, cf. proc. n.º 33 para concessão de alvará n.º 45, atribuído em 15/05 de 1948. Cota: APC-E106/P4/1.

4) Sobre os cafés e restaurantes mais antigos de Lagos, agradecemos os testemunhos do Arquiteto José Veloso (Lagos) e de José Manuel Freire (deputado municipal), a serem referenciados num futuro artigo sobre estes estabelecimentos.

5) Portaria 6065 de 30 de março de 1929, p. 832.

6) Citando expressões que se encontram nos próprios processos de concessão de alvará. A título de exemplo, cf. proc. n.º 7 para concessão de alvará n.º 68, em 12 de agosto de 1944. Cota: APC-E106/P4/1.

7) Cf. Lei 1547 de 26 de fevereiro de 1924, artigo 3.º

8) Sobre esta temática vale a pena a leitura do capítulo da autoria de Vale de Almeida, M., 1992, *Da Taberna ao Café: a Casa dos Homens*.

9) Cf. Decreto 15602 de 18 de junho de 1928.



to das tabernas para “(...) prevenir os danos que agora se verificam na ordem familiar e social.”¹⁰ As restrições quanto à abertura de tabernas “(...) em tôrno dos edifícios públicos e em especial escolas”¹¹ mantinham-se desde a lei 1547, de 26 de fevereiro de 1924.

Em Lagos, uma das tabernas de Domingos Furtado Pincarilho, a da Travessa da Extrema, localizava-se no mesmo edifício onde no primeiro andar funcionava a escola primária feminina¹². Este facto teria impossibilitado a sua legalização devido à proximidade com a escola. Contudo, foi-lhe atribuído alvará, considerando que “o estabelecimento em questão na verdadeira acepção da palavra, não é uma taberna, mas sim uma adega onde, embora vendendo-se vinho a copos, em pequenas quantidades, se vende principalmente e aos litros para abastecimento das casas sitas nos seus arredores, além de carvão, lenhas, etc.”¹³ Em 1946, Domingos Furtado Pincarilho tinha também requerido alvará sanitário para uma taberna localizada na Rua Dr. Mendonça, n.º 26, taberna que seria a futura *Fonte das 7 Bicas*. A mesma teve alvará sanitário concedido, uma vez que se localizava a mais de cem metros do Quartel de Infantaria n.º 4¹⁴. Nesta mesma taberna, em 2 de novembro de 2021, Rosa Sequeira ofereceu-nos uma ginjinha caseira enquanto recordou parte dos 63 anos em que trabalhou na mesma com o seu marido, José Augusto Moreira. Veio morar para Lagos em 1958 e lembra que muitos dos seus clientes eram pescadores. Tinha também alguns clientes que eram trabalhadores das fábricas de indústria conserveira: da “fábrica do Sr. Pimenta”, da *Aldite*

e do *Algarve Exportador*.¹⁵ Nesta taberna, as 7 bicas não forneciam água, mas vinho, onde alguns “homens do mar” faziam também os seus petiscos. A propósito desta mesma taberna, Paulo Jorge recorda uma figura singular, cliente regular da mesma nos anos 80: o “Ti Chico Calhau”, “homem do mar”, forte e gentil, de pele curtida pelo sol e pelo sal, sempre de tamancos de madeira.¹⁶

O que parecia distinguir as tabernas umas das outras era, sobretudo, a sua localização. Mas havia pelo menos uma que se distinguiu pelo seu vinho abafado: a do Sr. Luís Rosa.¹⁷ Não tendo nome comercial, como acontecia com os cafés, a taberna era frequentemente referenciada pelo nome do taberneiro e, por vezes, pela alcunha do mesmo: “Vamos à do Chico Marreco”.¹⁸ Havia também o “Portela”, o “Resende” e, na Rua Infante de Sagres, “os Henriques” e o “Lopo Mocho”.¹⁹ Nestes casos, taberna e taberneiro pareciam fundir-se numa única identidade partilhada. A taberna do “Lopo Mocho vendia de tudo: farinha de milho, tripas, cravinho e colorau para temperar as chouriças”, diz-nos Georgina Ramos.²⁰ Efetivamente, para além da venda de “vinho a copo” e seus “derivados”, algumas tabernas tinham também mercearia, com venda de géneros alimentícios e produtos de uso doméstico: carvão, batatas, petróleo, entre outros. Talvez por isso tenham tido cumulativamente a designação de *vendas*, uma palavra ainda utilizada por alguns lacobrigenses mais antigos.

Deolinda Bravo, com 96 anos de idade, recorda a “Taberna do Raimundo”²¹ localizada perto da antiga Estação dos Caminhos de Ferro: “Era uma taberna muito acentuada para os ho-

10) Cf. Decreto 37837 de 24 de maio de 1950.

11) Decreto-lei n.º 37837 de 24 de maio de 1950, artigo 1.º

12) Proc. n.º 35 para concessão de alvará sanitário n.º 47, em 20/05 de 1948. Cota: AH-E106/P4/Cx.1

13) Informação de 27 de abril de 1948, do chefe da fiscalização da Câmara. Cf. proc. n.º 35 para concessão de alvará n.º 47, concedido em 20 de maio de 1948. Cota: APC-E106/P3/Cx.1

14) Cf. proc. n.º 9, alvará n.º 3 em de 15/01 de 1946, sendo o requerente Domingos Furtado Pincarilho. O alvará foi concedido após confirmação de que a taberna ficava a mais de cem metros do Quartel de Infantaria n.º 4 – Lagos. Cf. AMLGS/CM. Cota: AH-E106/P4/1.

15) Testemunho recolhido na Taberna *Fonte das 7 Bicas* que encerrou atividade em março de 2021. A propósito da importância da indústria conserveira em Lagos é recomendável a leitura da dissertação de mestrado de Armando Amaro - A indústria conserveira na construção da malha urbana no Algarve: das estruturas produtivas à habitação operária (1900-1960). Évora, 2020. Universidade de Évora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/28687>

16) Testemunho de Paulo Jorge.

17) Testemunho de Paulo Jorge.

18) Testemunho de José A. Freire.

19) Cf. Lopo José da Cruz Correia In *Gente de outros tempos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos. 3.ª edição. p. 27

20) Testemunho de Georgina Ramos.

21) A taberna referida seria muito provavelmente a de Raimundo Simão, localizada no Rocio de S. João, n.º 2 com alvará n.º 53, em 2/02 de 1950. Cf. proc. n.º 50, AMLGS/CM. Cota: AH-E106/P4/2. Apenas em janeiro de 1978 esta taberna passaria para Francisco Inácio Tomate.



Adega de
Lopo Correia

mens. O taberneiro era o tio do “Chico da Bica” que devido a um acidente deixou de trabalhar no mar e passou a trabalhar na taberna do tio. Mas havia muitas tabernas onde, para além do vinho e dos petiscos, havia também o jogo e, em algumas, outras “distrações”.²² As distrações referidas seriam as festas ou bailes e outras de natureza carnal. A propósito dos bailes, em 25 de outubro de 1933, o governador civil de Faro solicitou ao administrador do concelho de Lagos que dificultasse a realização dos mesmos e que os fiscalizasse, considerando que são “(...) verdadeiros focos de imoralidade e de doenças”. Esta mesma circular faz menção explícita às tabernas: “Há tabernas que fazem bailes durante a noite sem terem licença de porta aberta (...)”.²³ Estas licenças eram concedidas pelo governador civil a estabelecimentos de cariz comercial abertos ao público, mediante pagamento de uma taxa²⁴, facto que não estaria a acontecer com a regularidade expectável para o governador civil de Faro. Apesar do espaço diminuto de muitas tabernas, algumas possuíam quintais contínuos que possibilitariam a realização deste tipo de festas ou bailes. Apesar de a venda de comida confeccionada ser um negócio próprio e autorizado às “casas de pasto” e restaurantes, muitas tabernas dispunham de petiscos e comida de preparação

simples: peixe assado, berbigão, “condelipas” (designação local para as conquilhas)²⁵, chouriça assada, entre outros. Muitos pescadores e homens que trabalhavam na indústria da pesca, quando regressavam do mar, traziam algum peixe que era cozinhado na taberna e aí se demoravam antes de regressar às suas casas, à semelhança de outros homens com outras profissões ou ofícios.²⁶ Por outro lado, apesar da venda de “vinho a copo” ser um negócio próprio das tabernas e as adegas estarem autorizadas a vender maioritariamente vinho engarrafado e em quantidade para abastecimento, em Lagos²⁷ pelo menos uma também vendia “vinho a copo”: a Adega do Largo da Porta de Portugal, n.º 3 e 5, conforme requerimento para concessão de alvará em 8 de setembro de 1948.²⁸ A concentração de tabernas numa mesma rua com maior frequência ou importância seria usual, à semelhança do que sucede hoje com a localização de cafés. Na Rua da Porta de Portugal, funcionariam pelo menos 11 tabernas, considerando que foram concedidos cinco alvarás sanitários para exploração de taberna nos anos quarenta²⁹ e concedidos seis alvarás nos anos 50.³⁰ No Mercado Municipal da Fruta da Câmara Municipal de Lagos, na Rua da Porta de Portugal, n.º 73, existiam as seguintes: a taberna de José Rosendo Francisco, loja n.º 2,

22) Testemunho de Deolinda Bravo.

23) Cf. circular n.º 33 de 25/10 de 1933, do Governador civil para o Administrador do Concelho de Lagos, a propósito da realização de bailes e com referência às tabernas. AMLGS/AC - Administração do Concelho de Lagos - Correspondência recebida e expedida (Circulares do Governo civil), (1933-1934). Cota: E122/P4. O fundo da AC encontra-se em tratamento arquivístico (Marta Nogueira, técnica superior e Dora Matias, assistente técnica do Arquivo Municipal).

24) A título de exemplo cf. ofício n.º 28 de 7/01 de 1953, do Presidente da Câmara de Lagos (interino) para o Governador civil de Faro - AMLGS/AC. Cota: AH-E122/P4.

25) Designação registada no âmbito do testemunho de Paulo Jorge.

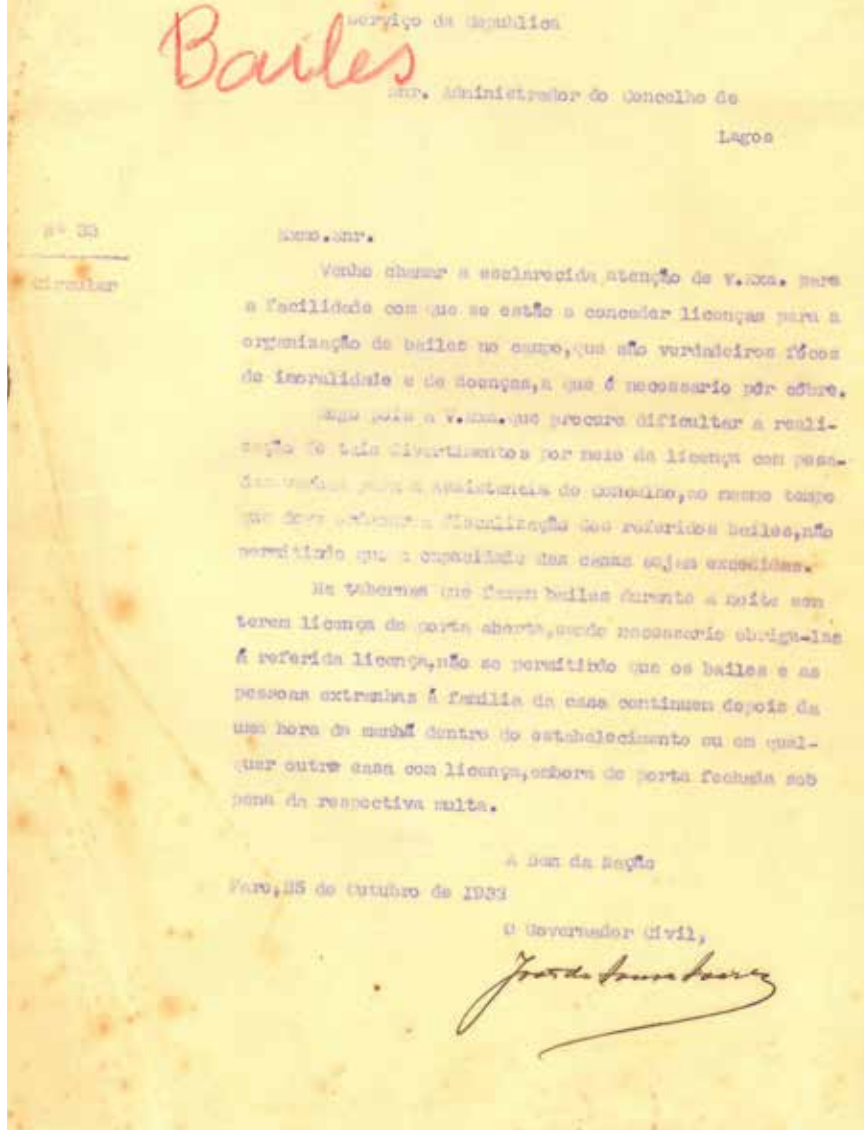
26) Testemunho de Deolinda Bravo.

27) A Adega Cooperativa de Lagos, hoje inexistente e antes localizada no Rossio de S. João, era a maior adega existente em Lagos. Após ter sido extinta e fundida com a de Lagoa (UNICA), tem o seu arquivo à guarda do Arquivo Municipal de Lagoa.

28) Requerimento para concessão de alvará sanitário para a Adega no Largo da Porta de Portugal, 3 e 5, freguesia de S. Sebastião. Alvará n.º 91, em 8/09 de 1948. Proc. n.º 40. Requerente: M. Ladeira & Batista (Olhão). Cota: APC-E106/P4/1.

29) Tabernas de Epifanio dos Santos Brito (alvará n.º 25), de José Rosendo Francisco (alvará n.º 26), de Manuel Calvário (alvará n.º 69), de António Manuel (alvará n.º 17) e a taberna de Silvina da Glória (alvará n.º 44). Cota: APC-E106/P4.

30) Tabernas de Maria do Carmo Romeras (alvará n.º 52), de Manuel Francisco (alvará n.º 57), de João Amores (alvará n.º 114), de Manuel Rosado Oliveira (alvará n.º 79), de César Augusto Fernandes Serra (alvará n.º 100) e a taberna de Francisco Serrão (processo de 12 janeiro de 1957).



(alvará n.º 81), a taberna de Maria Mosteja, loja n.º 4 (alvará n.º 82), a taberna de Casimira Maria, (alvará n.º 83) e a taberna de Maria da Encarnação, loja n.º 69 (alvará n.º 84). Todas estas tabernas tiveram concessão de alvará a 14 de março de 1950.³¹

Relativamente aos espaços em que funcionavam, as tabernas localizavam-se nos rés-do-chão dos prédios, referidos nos requerimentos como “baixos de uma casa” ou “casa térrea”, mas há exceções. Em 1944, Domingos Santana solicitou concessão de alvará sanitário para abrir uma taberna num sótão, do n.º 37 da Rua António Crisógono dos Santos.³² Sobre os taberneiros, locais e proprietários, os requerimentos para pedido de concessão de alvará facultam-nos dados de identificação e localização³³, mas também outros: mais de metade dos requerimentos não são assinados pe-

los próprios requerentes. A assinatura a rogo é uma forma de assinatura de documentos utilizada quando o requerente não sabe ou não pode assinar, facto que, neste caso, a título ilustrativo, documenta o grau de analfabetismo da população.³⁴

Neste mundo de homens, houve também algumas mulheres. Nos anos 40, de um total de 36 alvarás solicitados para exploração de taberna, sete foram requeridos por mulheres. Nos anos 50, foram 14 de um total de 52 processos.³⁵

Os Arquivos são extraordinários e através da consulta de uma única série documental foi possível fazer esta viagem no tempo.

Em modo de despedida, façamos um brinde em memória das antigas tabernas de Lagos, aos seus taberneiros e clientes e à saúde de todos os lacobrigenses.

31) Cf. AMLGS/CM. Cota: AH-E106/P1 e AH-E106/P4.

32) Proc. n.º 7, alvará n.º 68, em 12/08 de 1944 – AMLGS/CM. Cota: APC-E106/P4/1.

33) Nem sempre completos (sem número de polícia), apenas com indicação das confrontações.

34) Nos anos quarenta são vinte e quatro os requerentes que não assina os requerimentos e trinta nos anos cinquenta. Cf. AMLGS/CM. Cota: AH-E106/P4.

35) AMLGS/CM. Cota: AH-E106/P4/1-4.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Miguel Vale de - *Da Taberna ao Café: a Casa dos Homens* In Pais de Brito, J. (org.), Enciclopédia Temática Portugal Moderno, vol. Tradições. Lisboa: Pomo, pp. 176-181.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS - *Lopo José da Cruz Correia* In *Gente de outros tempos*. 3.ª edição. Lagos: Câmara Municipal de Lagos. p. 27.

DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO

(Arquivo Municipal de Lagos)

AMLGS/CM – *Taxas e licenças - Licenciamento de estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos – Alvarás sanitários (1931-1994)*. Cota: AH-E106/P4
AMLGS/AC – *Administração do Concelho de Lagos – Correspondência recebida e expedida (Circulares do Governo civil)*, (1933-1934). Cota: AH-E122/P4

LEGISLAÇÃO

AMLGS – Lei 1547 de 26 de fevereiro de 1924 - *Diário do Governo*, n.º 44/1924, Série I de 1924-02-26. p. 319. Cota: AH/E26;
AMLGS – Decreto 15602 de 18 de junho de 1928 - *Diário do Governo*, n.º 140/1928, Série I, 1928-06-20. pp. 1389. Cota: AH/E26;
AMLGS – Portaria 6065 de 30 de março de 1929 - *Diário do Governo*, n.º 81/1929, Série I de 1929-04-11. p.832. Cota: AH/E26;
AMLGS – Decreto 37837 de 24 de maio de 1950 - *Diário do Governo*, n.º 96/1950, Série I, 1950-05-24. Cota: Cota: AH/E25.

TESTEMUNHOS ORAIS

Testemunhos de Deolinda da Encarnação Bravo (recolhido nos Antigos Paços do Concelho, em 6 de dezembro de 2021); Georgina Maria Bárbara Gama Ramos (APC, em 7 de dezembro de 2021); José A. Freire (Clube Artístico Lacobrigense, em outubro de 2021); Paulo Jorge Correia dos Reis, vice-presidente da Câmara Municipal de Lagos (Paços do Concelho XXI, em 29 de novembro de 2021); Rosa Sequeira (na Taberna *Fonte das 7 Bicas*, em 2 de novembro de 2021).



O CIAC INFORMA CONSUMIDORES ENDIVIDADOS TÊM AO SEU DISPOR SERVIÇO DE APOIO NO ALGARVE

O recurso ao crédito é uma solução frequentemente adotada para o consumo privado das famílias. Porém, nem sempre as coisas correm bem, seja por acontecimentos de natureza pessoal que afetam a capacidade financeira de honrar os encargos resultantes desses empréstimos, seja pela imprevisibilidade do contexto económico e social, dando origem a situações de incumprimento com repercussões gravosas para os clientes das instituições financeiras.

Para ajudar os consumidores a prevenir tais situações extremas, foi criado, no seio do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Algarve, em Faro, o “Gabinete de Apoio aos Consumidores Endividados do Algarve”.

Sendo membro da rede extrajudicial de apoio a clientes bancários, este serviço atua com respeito pelos princípios de independência, imparcialidade, legalidade, transparência e confidencialidade, prestando um apoio célere, gratuito e obedecendo a critérios de elevado rigor técnico.

O que faz o “Gabinete de Apoio aos Consumidores Endividados do Algarve”?

- Informa o cliente bancário sobre os seus direitos e deveres em caso de risco de incumprimento e no âmbito do procedimento extrajudicial de regularização de situações de incumprimento (PERSI), incluindo a sua aplicação aos contratos de crédito que beneficiem de moratórias bancárias;
- Apoia o cliente bancário na análise das propostas apresentadas pelas instituições de crédito no âmbito do plano de ação para o risco de incumprimento (PARI) e do PERSI, nomeadamente quanto à adequação de tais propostas à situação financeira, objetivos e necessidades do cliente bancário;
- Acompanha o cliente bancário aquando da negociação, entre este e as instituições de crédito, das propostas apresentadas no âmbito do PARI e do PERSI;
- Apoia o cliente bancário na avaliação da sua capacidade de endividamento.

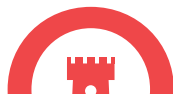


Como estabelecer contacto?

O consumidor pode estabelecer contacto diretamente através dos meios abaixo indicados ou, caso assim pretenda, poderá dirigir-se ao CIAC-Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, na Câmara de Lagos, serviço que estabelecerá os contactos e procederá ao encaminhamento para o Gabinete de Apoio aos Consumidores do Algarve.

GABINETE DE APOIO AOS CONSUMIDORES ENDIVIDADOS DO ALGARVE

O Gabinete funciona nas instalações do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Algarve:
Avenida 5 de Outubro, n.º. 55,
R/C Dt.º. 8000-075 Faro
Telefone: 289 823 135
Email: info@consumoalgarve.pt
www.consumoalgarve.pt



GABINETE DE APOIO AO EMIGRANTE

De acordo com as últimas estimativas das Nações Unidas, em 2020 havia cerca de dois milhões de portugueses emigrados a residir no estrangeiro. Mais precisamente, 2.081.419.¹

Notícias recentes² revelam que Portugal é o 8.º país do mundo com mais emigrantes, atendendo a que representam cerca de 26% da população residente no país.

A dimensão desta população e as suas necessidades específicas são o fundamento para a criação de estruturas de apoio.

Lagos já tinha ao seu dispor o CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, especificamente vocacionado para os imigrantes, a que dedicámos esta rubrica na nossa edição n.º 5. Em 2022, a estrutura municipal de apoio à população migrante foi incrementada com a criação de uma nova resposta, o Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE), serviço que tem como missão apoiar, não apenas os cidadãos que se encontram emigrados, isto é, a residir fora do país, mas também os que regresam a Portugal e, ainda, aqueles que pretendem emigrar e respetivos familiares.

A implementação do Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) aconteceu na sequência do protocolo celebrado entre o município de Lagos e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP). A parceria estabeleceu as condições de funcionamento deste novo serviço, disponibilizado pela autarquia, que informa e apoia os cidadãos portugueses nas áreas social, jurídica, económica, da educação, emprego, formação profissional, entre outras. Relativamente ao esclarecimento de dúvidas ou resolução de problemas mais específicos, o

papel do GAE consiste em orientar e encaminhar para os serviços públicos competentes. São, ainda, prestadas informações aos cidadãos portugueses que pretendam iniciar um processo de migração e necessitem de algum suporte sobre os passos a dar, em termos de implicações legais e outras.

Em conjugação com o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o GAE é também uma peça-chave na estratégia nacional de dinamização das potencialidades económicas dos concelhos junto das Comunidades Portuguesas, referenciando iniciativas locais de investimento da diáspora, assegurando a informação adequada para a concretização dos negócios em Portugal, contribuindo para a sua facilitação e promovendo o contacto entre investidores e entidades nacionais. Dirigido a emigrantes portugueses e a lusodescendentes que queiram investir ou alargar a sua atividade económica em Portugal, bem como a empresas nacionais que pretendam internacionalizar os seus negócios através da diáspora, o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID) tem uma rede composta pelos balcões de atendi-

1) Vidigal, Inês (2022), “Dois milhões de emigrantes portugueses no mundo” <http://observatorioemigracao.pt/np4/8821.html>

2) https://www.publico.pt/2023/01/11/sociedade/noticia/portugueses-emigraram-2021-reino-unido-principal-destino-2034564?utm_source=notifications&utm_medium=web&utm_campaign=2034564



A equipa do GAE é constituída por Lino Bernardo, Rute Santos, Joana Gonçalves, Ana Godinho (na foto) e Ana Fernandes, que acumulam com outras áreas de atendimento ao cidadão e empresas.

mento a funcionar nos municípios aderentes (“Gabinetes de Apoio ao Emigrante”) e pontos focais que assumem a função de interlocução entre os municípios e a coordenação do PNAID, assim como com os investidores da diáspora e exportadores através da diáspora. No município lacobrigense, a função de “ponto focal” é desempenhada pela vereadora Sandra Oliveira.

No pouco tempo que leva de funcionamento, o GAE de Lagos tem sido procurado, sobretudo, por emigrantes que desejam regressar a Portugal, em especial jovens e pessoas em idade ativa. Os pedidos de informação chegam, por vezes, via e-mail ou por contacto telefónico, sendo apresentados por cidadãos que não são necessariamente naturais de Lagos, uma situação que se explica pelo facto de, no Algarve, existirem apenas três serviços preparados para dar esta resposta, mas também por alguns emigrantes manifestarem o desejo de, no regresso a Portugal, se fixarem noutros concelhos que não o de origem.

É útil saber

Integrado no Gabinete do Cidadão e Empresas, o GAE de Lagos presta

um serviço gratuito e personalizado, encontrando-se habilitado para tratar de assuntos tão diversos como: o acompanhamento de processos em todas as questões do âmbito da segurança social (pedidos de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência; prestações de acidentes de trabalho; prestações de abono de família e desemprego); legalização de viaturas e isenção de imposto autónomo; equivalência de estudos (reconhecimento/equivalência de habilitações literárias adquiridas no estrangeiro); dupla-tributação; informação jurídica geral; investimento (orientação para a criação de empresas na região, em articulação com as estruturas de apoio ao empreendedorismo e às iniciativas empresariais); entre outros.

Programa “Regressar”

Através dos canais digitais do município são divulgadas informações de interesse público, merecendo destacar a publicação sobre os apoios ativos no âmbito do Programa Regressar. Trata-se de um programa estratégico de apoio ao regresso a Portugal de trabalhadores portugueses e dos seus des-

cedentes, o qual tem como medidas ativas, prorrogadas até final de 2023: a) benefícios financeiros, a conceder pelo IEF, IP aos emigrantes ou familiares de emigrantes que iniciem atividade laboral por conta de outrem em Portugal continental, mediante a celebração de um contrato de trabalho ou criação de empresa ou próprio emprego (nota: consubstanciado em apoio financeiro sobre a forma de reembolso aos candidatos que preencham as condições necessárias para se candidatar à medida); b) benefícios fiscais. O GAE está disponível para informar, esclarecer ou apoiar na submissão das candidaturas aos apoios do “Programa Regressar”.



Para mais informações, contacte-nos:

Câmara Municipal de Lagos
Paços do Concelho Séc. XXI, Praça do Município, Lagos
Tel.: 282 771 700 | 282 780 900
E-mail: gae@cm-lagos.pt

Horário de Atendimento:

Quartas-feiras das 9:00h às 17:00h, com marcação prévia.



Espaço de divulgação da autoria e responsabilidade das forças políticas com assento na Assembleia Municipal de Lagos, órgão deliberativo do município.



Mais emprego, melhor formação

A recente celebração de protocolos entre o Município de Lagos e os dois agrupamentos de escolas (AE) do concelho com vista ao apetrechamento de centros tecnológicos especializados é uma excelente notícia que merece ser valorizada.

Os AE Gil Eanes e Júlio Dantas apresentaram duas candidaturas distintas – no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – que, caso sejam aprovadas, permitirão a instalação e modernização de dois Centros Tecnológicos Especializados (CTE).

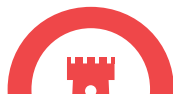
No caso do Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, a candidatura visa a criação de um CTE Industrial e de um CTE Informático, enquanto o Agrupamento de Escolas Gil Eanes vai apostar na criação de um CTE Industrial e de um outro na área das Energias Renováveis.

Este tem de ser o caminho. Não pode haver outro. Se queremos que as novas gerações não passem pelo mesmo difícil caminho que os seus pais e avós tiveram de trilhar, onde o emprego de baixa qualificação e os baixos ordenados grassavam, a aposta na formação é decisiva.



Reabilitação da ETAR de Lagos: para quando?

O mau funcionamento da ETAR de Lagos tem constituído um claro e grave atentado à saúde pública. O problema: a ETAR apresenta diversos problemas de conceção e possui infraestruturas desadequadas, obsoletas e degradadas, sendo necessária uma intervenção para garantir o normativo de descarga previsto. Assim está há 5/6 anos. As consequências: contaminação da Ribeira de Bensafrim, com ligação direta às praias; perda de 3 bandeiras azuis; praias interditas; maus odores na entrada de Lagos; degradação da qualidade ambiental e perda de valor turístico. Ao longo destes anos, a CML cedeu terreno para reabilitação da ETAR. Pouco ou nada se fez, efetivamente, para resolver os problemas ambientais/saúde pública e a perda do nosso prestígio como importante destino turístico. Questionamos a inércia da empresa Águas do Algarve e, também, o papel do Executivo Municipal neste processo. Apelamos ao sentido de responsabilidade destas entidades perante os cidadãos. Sugestões: geral@lagos-com-futuro.pt.



Novos Caminhos

Após dois anos da Pandemia, teve início o conflito na Ucrânia que está a criar as condições para que o ano de 2023 traga novos desafios onde saltam à vista a inflação e a subida dos juros com reflexos no poder de compra e aumento generalizado do preço de bens e serviços.

Nesta conjuntura o poder local ganha relevo no sentido das medidas, projetos e apoios que pode desenvolver dentro da nossa comunidade.

Assim, existem áreas essenciais em que a Câmara Municipal tem de ter um papel diferente do que teve até hoje, designadamente na habitação, segurança e emprego.

Desde logo a habitação, com a criação de políticas adequadas às necessidades da população e das exigências do mercado interno local, com a aplicação de novos instrumentos como o Modelo de Munique adaptado à nossa realidade nacional e local, o desenvolvimento de projetos de habitação modular e parcerias público privadas (no sentido do município prover terrenos e os privados construírem com a limitação de valores de rendas por longos períodos), enfim temos de olhar para o futuro e não ficar presos ao passado em esquemas ou formatações ideológicas que apenas atrasaram o país e que já não fazem sentido.



Lagos não é para ciclistas

Duas relevantes obras viárias foram realizadas recentemente em Lagos: a estrada para a Luz e a estrada da Meia Praia, que vieram regularizar e melhorar as condições viárias destas vias preexistentes, desatualizadas em décadas.

Ao serem feitas século XXI adentrado, seriam merecedoras de melhores estudos e integração multifacetada da mobilidade. Fizeram-se passeios, é certo, passadeiras, rampas de acesso para pessoas com pouca mobilidade, mas... esqueceram-se das ciclovias. A edilidade socialista lacobrigense trouxe para os cadernos de encargos a mentalidade automobilística do século XX, a mesma que despreza formas suaves de mobilidade. Para além dos percursos a pé, interessa ao Bloco de Esquerda a bicicleta enquanto meio de transporte de médias distâncias, mais saudável ambientalmente e para a saúde dos utilizadores. A bicicleta não é só um aparelho lúdico de fim de semana, mas sim um meio de transporte para deslocações pendulares, para o trabalho, a escola ou as compras. Ciclovias precisam-se!



Eficiência energética no Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI

Face à necessidade urgente de uma aposta nas energias renováveis, é desejável que o edifício da CML seja um espaço de promoção de boas práticas ambientais, salientando que Lagos apresenta potencialidades para a captação de energia solar, com milhares de horas anuais de exposição solar.

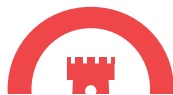
A AML, por proposta CDU. Aprovou recomendar à Câmara:

- 1 - Estudar a introdução de boas práticas ambientais, nomeadamente no que diz respeito à poupança e eficiência energéticas, isolamentos térmicos e outros padrões de sustentabilidade, no edifício Paços do Concelho.
- 2 - Avaliar e implementar a aplicação de painéis solares.
- 3 - Promover e incentivar ações de sensibilização, a propósito das melhorias a introduzir, no sentido de tornar os Paços do Concelho mais sustentável e amigo do ambiente.
- 4 - Promover a utilização de fontes renováveis na geração de energia elétrica, para consumo próprio ou disponibilização à rede nacional, através de painéis fotovoltaicos, como medida estratégica nos edifícios públicos municipais.



LAGOS SEM ÁGUA - A irresponsabilidade de sempre do absolutismo

A teimosia transborda no governo do Município. Em 21/02/2022 o CHEGA antecipou uma proposta pioneira na Assembleia Municipal para que a Câmara executasse um plano urgente de redução do desperdício de água. A moção que até foi aprovada por todas as bancadas exceto o PSD, pedia a desativação de fontes opulentas e dos inúteis relvados dos separadores de estrada mas o Presidente recusou acatar esta deliberação e não tem querido ouvir as nossas insistências. E mesmo quando o Governo acordou tardiamente em Agosto e proclamou várias medidas para os Municípios para combater a escassez de água, o Presidente da Câmara de Lagos, do confortável oásis da maioria absoluta insiste em nos banhar com o desperdício. Uma arrogância que não coloca água na Bravura quando agora reativa furos que drenam os nossos aquíferos. Tudo para garantir que o desperdício inunda a nossa cidade. Regantes sem água e agricultores sem furos desesperam. Quantas vidas lacobrigenses terão de secar? Para nós, nenhuma! Bem haja!



DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para que fique a par da atividade da Assembleia Municipal de Lagos publicamos as deliberações da última sessão deste órgão. Por opção editorial, estas são transcritas de forma resumida. Poderá, no entanto, aceder à versão integral das atas através da página www.am-lagos.pt ou presencialmente no Edifício dos Antigos Paços do Concelho.

SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO/2022

DELIBERAÇÃO N.º 186/AM/2022: Aprovada, por maioria, a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal singular do CHEGA: “(...) que esta Assembleia Municipal (...) delibera: 1 - Propor à Câmara Municipal de Lagos que crie e desenvolva um inovador Plano de Estímulo Habitacional que inclua, entre outras iniciativas, parcerias de conceção-execução, agilização do processo de licenciamento, pactos colaborativos e incentivos às cooperativas de habitação. Um programa que funcione como um forte impulso aos promotores privados para aumentar a construção de habitação acessível no nosso Concelho (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 187/AM/2022: Aprovada, por maioria, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da LCF: “A Avenida da Fonte Coberta em Lagos tem vindo a evidenciar, ano após ano, um agravamento progressivo de anomalias nos passeios e faixa de rodagem, criando sérios riscos de segurança na circulação rodoviária e pedonal em consequência da expansão e volumetria das raízes dos pinheiros implantados na área dos passeios pedonais. A arborização desta zona é de crucial importância ambiental, mas deve ser compatibilizada com as devidas garantias de segurança. (...) Face ao exposto, os eleitos de Lagos com Futuro propõem que a Assembleia Municipal

(...) Delibere solicitar ao Executivo Municipal: 1 - Uma intervenção célere e oportuna em toda a área afetada pelos problemas em referência de forma a serem evitados acidentes rodoviários e mais acidentes na via pedonal, mantendo, se possível, a arborização da respetiva avenida em compatibilidade com as necessárias garantias de segurança (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 188/AM/2022: Aprovada, por maioria, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da LCF: “(...) os eleitos de Lagos com Futuro propõem que a Assembleia Municipal (...) delibere solicitar ao Executivo Municipal: 1 - Inicie as transmissões diretas das sessões das Reuniões de Câmara, e outras que tenham interesse público, utilizando os equipamentos nos quais investiram (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 189/AM/2022: Reprovada, por maioria, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “(...) A Assembleia Municipal de Lagos aprova a criação, pelo Município de Lagos, de uma moratória que suspenda o licenciamento de novo Alojamento Local durante o triénio 2023-2024-2025, para que: - Se trave a especulação imobiliária e a gentrificação, sobretudo, do casco histórico, empiricamente constatadas por todos os observadores; - Se efetuem estudos independentes no terreno, a fim de compreender o fenómeno do Alojamento Local, a sua localização e os impactos negativos no território e nos direitos habitacionais; - Se elabore um regulamento que discipline e minimize os impactos negativos do Alojamento Local sobre o tecido habitacional lacorense.”

DELIBERAÇÃO N.º 191/AM/2022: Deliberado, por unanimidade e aclamação, aprovar a Proposta de Desagregação da Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João e criação da Freguesia de Barão de São João e da Freguesia de Bensafrim, nos termos consignados no Procedimento

Especial, simplificado e transitório do Artigo 25.º do Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias (Lei n.º 39/2021, de 24 de junho), conjugado com o n.º 6 do Artigo 12.º do referido Regime.

DELIBERAÇÃO N.º 192/AM/2022: Deliberado, por maioria, aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2023, que inclui a apresentação dos objetivos estratégicos por eixos de desenvolvimento para o Município de Lagos, o Plano Plurianual de Investimentos, as Atividades Mais Relevantes e os anexos conforme o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais; o Mapa de Repartição de Encargos; o Orçamento Municipal para o ano económico de 2023, no montante de 84 955 414,00€ (...); o Mapa de Pessoal e o Plano de Formação. Tudo isto (...) conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos (...).

DELIBERAÇÃO N.º 193/AM/2022: Designado, por maioria, nos termos consignados no n.º 1 do Artigo 13.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos (...), o Júri de Recrutamento para os seguintes Procedimentos de Recrutamento e Seleção: 1 – (...) Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura (direção intermédia de 1.º grau): (...) 2 - Diretor do Departamento de Sustentabilidade Ambiental e Urbana (direção intermédia de 1.º grau): (...) 3 - Diretor do Departamento de Planeamento e Gestão do Território (direção intermédia de 1.º grau): (...) 4 - Diretor do Departamento de Modernização Administrativa e Financeira (direção intermédia de 1.º grau): (...) 5 - Chefe de Divisão de Museus e Bens Culturais (direção intermédia de 2.º grau): (...) 6 - Chefe de Divisão Jurídica (direção intermédia de 2.º grau): (...) 7 - Chefe de Divisão de Gestão de Fundos de Financiamento, Empreendedorismo e Turismo (direção intermédia de 2.º grau): (...).

COCÓ DO CÃO, NÃO FICA NO CHÃO

PORQUE A LIMPEZA URBANA
DEPENDE DE TODOS



INICIATIVA:



LIMPEZA URBANA
Parceria para Cidades
+ Inteligentes e Sustentáveis



SERVIÇOS ONLINE

Como nas grandes amizades,
que não conhecem tempo nem distância,
queremos estar sempre consigo.



Cofinanciado por:



CM-LAGOS.PT



Serviços online, mais próximos de si.
Todos os dias, a qualquer hora e em qualquer lugar.